

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

1º Trimestre de 2023

FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR (FAT)
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
Abril de 2023

FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR – FAT
Relatório das Demonstrações Contábeis 1º Trimestre de 2023

MINISTRO DO TRABALHO E EMPREGO

Luiz Marinho

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Francisco Macena da Silva

DIRETOR DE GESTÃO DE FUNDOS

Márcio Leão Coelho

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Rogério Xavier Rocha

COORDENADOR-GERAL DE CONTABILIDADE E CUSTOS

Omar Ney Nogueira Morais

ELABORAÇÃO

Diego Miranda Machado Maia

Thaíse Munique Fonseca Mariz de Medeiros

EQUIPE SETORIAL CONTÁBIL

Crislaine dos Santos Diniz

Débora Ribeiro Martins

Diego Miranda Machado Maia

Francisco Wanderley Menezes da Silva

Nina Lubiane Gomes de Souza

Oseias Gomes de Oliveira

Patricia de Melo Costa

Raimundo Geraldo Ribeiro

Tatiane Aguiar de Oliveira

Thaíse Munique Fonseca Mariz de Medeiros

Informações:

Telefone: 2031-6201/ 2031-4005

Correio eletrônico: cgcont@economia.gov.br

SIGLAS

AD - Administração Direta
AGU – Advocacia-Geral da União
BB – Banco do Brasil
BCB – Banco Central do Brasil
BF – Balanço Financeiro
BGU – Balanço Geral da União
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento
BO – Balanço Orçamentário
BP – Balanço Patrimonial
CDA – Coordenação de Dívida Ativa
CEF – Caixa Econômica Federal
CF – Constituição Federal
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CGFIN – Coordenação-Geral de Finanças
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CODAC – Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança
CODEFAT – Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
COGEP - Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
CT – Crédito Tributário
CTU – Conta Única do Tesouro Nacional
CUB – Custo Unitário Básico
DAU – Dívida Ativa da União
DARF – Documento de Arrecadação de Receitas Federais
DCON – Demonstrações Contábeis
DEF – Diretoria de Fundos
DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa
DPC – Departamento de Prestação de Contas
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
DVP – Demonstração das Variações Patrimoniais
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social
GFIP - Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social
GPS – Guia da Previdência Social
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor
ISS – Imposto sobre Serviços
MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
ME – Ministério da Economia
MEP – Método de Equivalência Patrimonial
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NBC TSP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
OFSS – Orçamento Fiscal e Seguridade Social

FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR – FAT
Relatório das Demonstrações Contábeis 1º Trimestre de 2023

PASEP – Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público
PCASP – Plano de Contas Aplicada ao Setor Público
PCNR – Cálculo de Percentual de Créditos Não Recebidos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIS – Programa de Integração Social
PLDO – Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias
PR – Cálculo de Percentual de Recebimento
PVG – Planta de Valores Genérica
RAIS - Relação Anual de Informações Sociais
RGPS – Regime Geral de Previdência Social
RML – Reserva Mínima de Liquidez
RP – Restos a Pagar
RPPS – Regime Próprio de Previdência Social
RPV – Requisição de Pequenos Valores
RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária
SELIC – Taxa básica de juros da economia
SIADS – Sistema Integrado de Administração de Serviços
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SPIUNET – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial
SPE – Secretaria de Política Econômica
SPU – Secretaria de Patrimônio da União
SRFB – Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
TCE – Tomada de Contas Especial
TCU – Tribunal de Contas da União
TED – Termo de Execução Descentralizado
TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo
TLP – Taxa de Longo Prazo
TRF – Tribunal Regional Federal
TST – Tempo de Serviço Total
UG – Unidade Gestora
VNJ – Conselho Nacional de Justiça
VPA – Variação Patrimonial Aumentativa
VPD – Variação Patrimonial Diminutiva

FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR – FAT
Relatório das Demonstrações Contábeis 1º Trimestre de 2023

Sumário

INFORMAÇÕES GERAIS.....	7
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	12
BALANÇO PATRIMONIAL	12
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	14
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	15
BALANÇO FINANCEIRO	17
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	19
NOTAS EXPLICATIVAS	20
BALANÇO PATRIMONIAL.....	25
Nota 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa	25
Nota 2 - Créditos de Curto e Longo Prazo.....	29
Nota 3 - Estoques	39
Nota 4 - Imobilizado	39
Nota 5 - Intangível	41
Nota 6 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	42
Nota 7 – Provisões.....	43
Nota 8 – Ajustes de Exercícios Anteriores	47
CONTAS DE CONTROLE.....	48
Nota 9.1 - Convênios e Instrumentos Congêneres.....	48
Nota 9.2 – Créditos Tributários	49
Nota 9.3 – Benefícios Previdenciários.....	50
Nota 9.4 – Diversos Responsáveis	50
Nota 9.5 – Crédito Tributário com Exigibilidade Suspensa	50
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	51
Nota 10 - Resultado Patrimonial	51
Nota 10.1 - Demonstração das Variações Patrimoniais - Ajustada	54
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	57
Nota 11 – Resultado Orçamentário	57
Nota 11.1 - Balanço Orçamentário x Demonstração dos Fluxos de Caixa	60
Nota 11.2 - Restos a Pagar	61
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	63
Nota 12 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	63

FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR – FAT
Relatório das Demonstrações Contábeis 1º Trimestre de 2023

Nota 12.1 - Demonstração dos Fluxos de Caixa X Caixa e Equivalentes de Caixa	63
BALANÇO FINANCEIRO	64
Nota 13 – Resultado Financeiro.....	64
PARTES RELACIONADAS	64

INFORMAÇÕES GERAIS

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é um fundo público especial de natureza contábil-financeira, instituído pela Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego com sua Sede localizada em Brasília na Esplanada dos Ministérios, Bloco F e inscrição no CNPJ 07.526.983/0001-43.

O seu objeto social é o custeio do programa de Seguro-Desemprego, o pagamento do Abono Salarial e o Financiamento de Programas de educação profissional e tecnológica e de desenvolvimento econômico.

A sua missão consiste em financiar políticas públicas de promoção e proteção do trabalho, emprego e renda e de desenvolvimento econômico e social do Brasil. E tem como visão ser reconhecido como patrimônio coletivo dos trabalhadores e indutor do bem-estar social, mediante oferta de oportunidades produtivas e políticas inclusivas de trabalho, emprego e renda.

Desempenha as atividades de:

- i) Promover o auxílio financeiro a trabalhadores desempregados, demitidos sem justa causa, e promover a reinserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, por meio de ações de qualificação profissional e de intermediação de emprego.
- ii) Promover o pagamento de abono salarial anual aos trabalhadores formais que percebam até dois salários-mínimos de remuneração mensal; e
- iii) Prover recursos para desenvolvimento econômico e social do Brasil, com geração de empregos e redução de desigualdades regionais.

O FAT não possui uma estrutura administrativa própria, entretanto utiliza-se do quadro do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para a execução de suas atividades.

Em 1º de Janeiro de 2023, a pasta do Trabalho foi reestruturada para o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) por meio da Medida Provisória 1.154 de 1º de Janeiro de 2023 e os trabalhos relacionados da Cadeia de Suprimento de bens e materiais do FAT estão sendo retomados de forma a manter vinculados ao fundo apenas recursos vinculados às atividades finalísticas do FAT e a estabelecer a destinação dos bens adquiridos em exercícios anteriores com recursos do FAT provenientes da contribuição sindical, os quais são destinados ao reaparelhamento das Secretarias Regionais do Trabalho, de acordo com art. 4º da Lei 9.322 de 1996. Os contratos administrativos permanecem sob gestão compartilhada com o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos.

Cadeia de Suprimento do FAT



Fonte: SIAFI 2023

CGFAT	CGI	CGOFC	CGRL	FAT	GM	SE	SEF
380916	380922	380910	380918	380909	380912	380914	380920
SEPRT	SRTB/BA	SRTB/CE	SRTB/DF	SRTB/ES	SRTB/GO	SRTB/MA	
380901							
SPPE	380933	380934	380935	380936	380937	380939	
380908	SRTB/MG	SRTB/PE	SRTB/PI	SRTB/PR	SRTB/RJ		
SRTB/AC	380941						
380930	SRTB/MS	380942	380955	380944	380947		
SRTB/AL	380940	SRTB/RN	SRTB/RS	SRTB/SC	SRTB/SE		
380931	SRTB/MT	380948					
SRTB/AM	380938	SRTB/RO	380949	380951	380953		
380932	SRTB/PA		SRTB/SP				STRAB
SRTB/AP	380943	SRTB/RR	380952	SRTB/TO			
380956	380945	380957	380954				380919

Figura 1: Cadeia de Suprimento e Relação de Unidades Gestoras do FAT.

Constituem recursos do FAT:

- i) O produto da arrecadação das contribuições devidas ao PIS e PASEP;
- ii) O produto dos encargos devidos pelos contribuintes, em decorrência da inobservância de suas obrigações;
- iii) A correção monetária e os juros devidos pelo agente aplicados dos recursos do fundo, bem como pelos agentes pagadores, incidentes sobre o saldo dos repasses recebidos;
- iv) O produto da arrecadação da contribuição adicional pelo índice de rotatividade, de que trata § 4º do art. 239 da Constituição Federal; e
- v) Outros recursos que lhe sejam destinados.

Os principais programas e ações do FAT estão relacionados a seguir:



Figura 2: Programas e Ações do FAT, fonte: portalfat.mte.gov.br

- i) **Abono Salarial:** Assegura o valor de um salário mínimo anual aos trabalhadores brasileiros que recebem até dois salários mínimos de remuneração mensal de empregadores que contribuem para o Programa de Integração Social (PIS) ou para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).
- ii) **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED:** Criado pelo Governo Federal pela Lei nº 4923/65 e serve como base para elaboração de estudos, pesquisas, projetos e programas ligados ao mercado de trabalho. É utilizado pelo Programa de Seguro-Desemprego para conferir dados referentes a vínculos trabalhistas além de outros programas sociais.
- iii) **Carteira de Trabalho (CTPS)** – Criada pelo Decreto Lei nº 926 de 1969, a CTPS é um dos únicos documentos a reproduzir com tempestividade a vida funcional do trabalhador. Garante acesso a alguns dos principais direitos trabalhistas como o Seguro Desemprego, benefícios previdenciários e FGTS.
- iv) **Classificação Brasileira de Ocupações – CBO:** Instituída pela Portaria Ministerial nº 397 de 2022 tem por finalidade identificar as ocupações no mercado de trabalho para fins classificatórios junto a registros administrativos e domiciliares.
- v) **Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER:** Tem como objetivo a Geração de Emprego e Renda e ampliar o leque de informações disponíveis sobre Programas, criando um canal de divulgação das ações executadas. Por meio do Portal, os interessados poderão ter informações sobre o histórico do Programa, suas diversas linhas de crédito, bem como consultas relacionadas aos dados de execução.
- vi) **Programa de Intermediação de Mão-de-Obra – IMO:** A política pública de qualificação desenvolvida no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE promove gradativamente a universalização do direito dos trabalhadores à qualificação, com vistas a contribuir para o aumento da probabilidade de obtenção de emprego e trabalho decente e da participação em processos de geração de oportunidade de trabalho e renda, inclusão social, redução da pobreza, combate à discriminação e diminuição da vulnerabilidade das populações.
- vii) **Programa de Proteção ao Emprego – PPE:** O PPE tem por finalidade auxiliar os trabalhadores na preservação do emprego em momentos de retração da atividade econômica, favorecer a recuperação econômico-financeira das empresas, sustentar a demanda agregada durante momentos de adversidade, facilitando a recuperação da economia, e estimular a produtividade do trabalho. As empresas poderão aderir ao programa, podendo assim reduzir, temporariamente, em até trinta por cento, a jornada de trabalho de seus empregados, com redução proporcional do salário. Em contrapartida, o Governo Federal, com recursos do FAT, garantirá aos empregados que tiverem seu salário reduzido, compensação pecuniária equivalente a 50% do valor da redução salarial, limitado a 65% do valor da parcela máxima do seguro-desemprego.
- viii) **Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO:** O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) foi instituído pela Lei 11.110, de 25 de abril de 2005, e tem os seguintes objetivos gerais: incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares; disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado; e oferecer apoio técnico às instituições de microcrédito produtivo orientado, com vistas ao fortalecimento institucional destas para a prestação de serviços aos empreendedores populares.
- ix) **Relação Anual de Informações Sociais – RAIS:** A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) tem por objetivo o suprimento às necessidades de controle da atividade trabalhista no país, para identificação dos trabalhadores com direito ao recebimento do Abono Salarial. Outras funções são o provimento de dados para a elaboração de estatísticas do trabalho e a disponibilização de informações do mercado de trabalho às entidades governamentais.
- x) **Seguro Desemprego – SD:** O Seguro-Desemprego é um benefício garantido constitucionalmente e tem por finalidade prover assistência financeira temporária a trabalhadores desempregados sem justa causa, e auxiliá-lo na manutenção e na busca de emprego, provendo para tanto, ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional.
- xi) **Sistema Nacional de Emprego – SINE:** O Sistema Nacional de Emprego (SINE) foi criado em 1975 sob a égide da Convenção nº. 88 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que orienta cada país-

- membro a manter um serviço público e gratuito de emprego, para a melhor organização do mercado de trabalho.
- xii) **Qualificação Profissional:** política pública de qualificação desenvolvida no âmbito do Ministério do Trabalho (MTE) visa a promover gradativamente a universalização do direito dos trabalhadores à qualificação.

Os programas e ações financiados com recursos do fundo têm suas diretrizes de gestões estratégicas definidas pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT).

O CODEFAT é um conselho tripartite e paritário, composto por bancadas representativas dos trabalhadores, dos empregadores e do Governo Federal, com Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 596, de 27 de março de 2009. Dentre as funções mais importantes do conselho, estão as de elaborar diretrizes para programas e para alocação de recursos, de acompanhar e avaliar seu impacto social e de propor o aperfeiçoamento da legislação referente às políticas. Igualmente importante é o papel que exerce no controle social da execução destas políticas no qual estão as competências de análise das contas do Fundo, dos relatórios dos executores dos programas apoiados, bem como de fiscalização da administração do FAT.

Para a execução das políticas públicas finalísticas apoiadas pelo FAT, instituições financeiras oficiais como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste do Brasil e a Caixa Econômica Federal atuam no fomento de atividades econômicas que buscam desenvolver o mercado de trabalho no país.

Dimensões estratégicas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

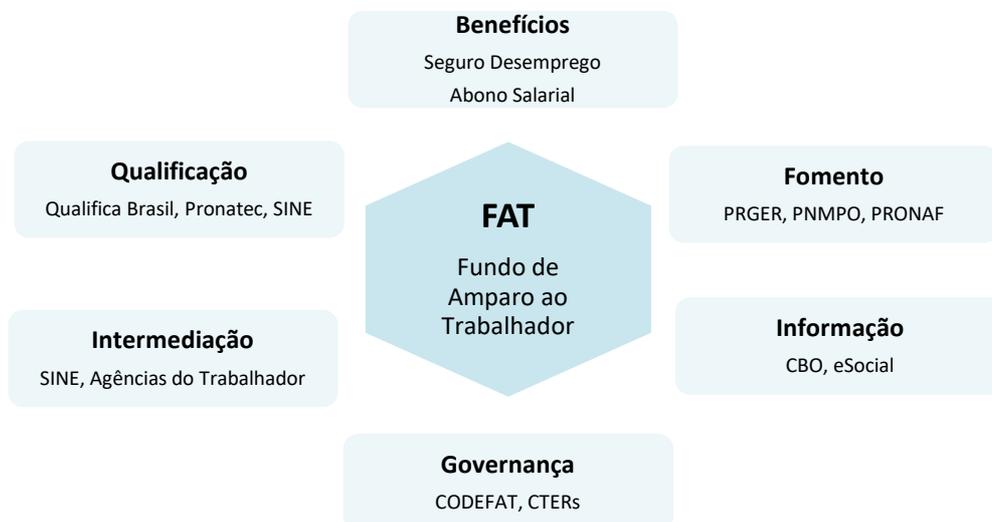


Figura 3: Dimensões estratégicas do FAT, fonte: Relatório de Gestão 2022.

O FAT encontra-se cadastrado como órgão no SIAFI sob codificação nº 38901, órgão subordinado ao Ministério do Trabalho e Emprego (40.000). Ainda sobre estrutura SIAFI, há paridade de unidades gestoras com o Ministério do Trabalho e Emprego, ou seja, para cada unidade do 40.000 há uma unidade correspondente do 38901.

FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR – FAT
Relatório das Demonstrações Contábeis 1º Trimestre de 2023

A Unidade Gestora 380910 é a setorial orçamentária e financeira do FAT (38901), ficando a cargo desta UG o gerenciamento e a operacionalização orçamentária e financeira. A UGE/UGR 380916 – Coordenação Geral de Recursos do FAT, é a responsável pela execução do Abono Salarial e do Seguro Desemprego.

Sob aspecto orçamentário o FAT encontra-se cadastrado na Unidade Orçamentária nº 40901 e as ações com maior representatividade até o primeiro trimestre de 2023 foram:

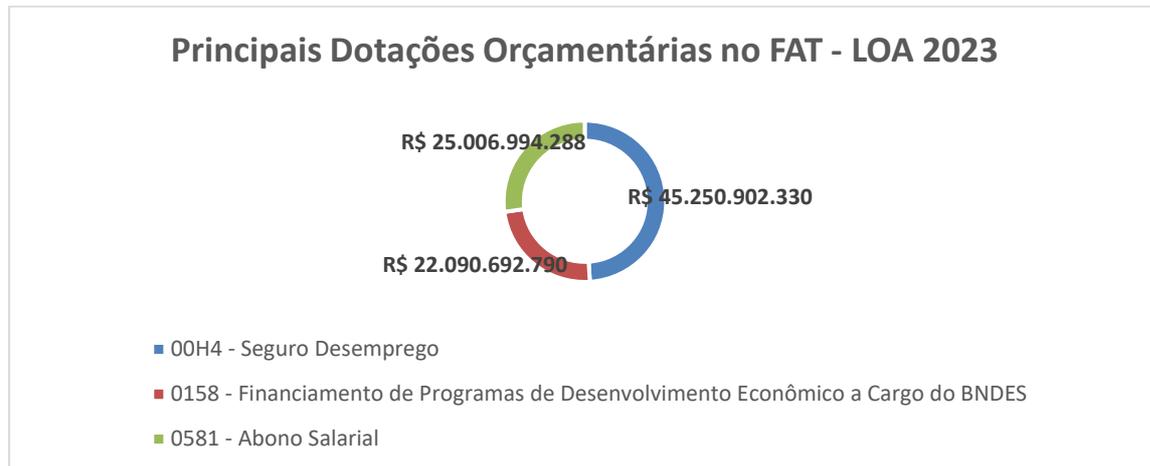


Figura 4: Principais Dotações Orçamentárias Atualizadas, fonte: SIOP 2023.

Das fontes próprias do FAT, de acordo com a nova classificação de fontes em 2023 as principais fontes de recursos previstas na Lei Orçamentária Anual de 2023 foram:

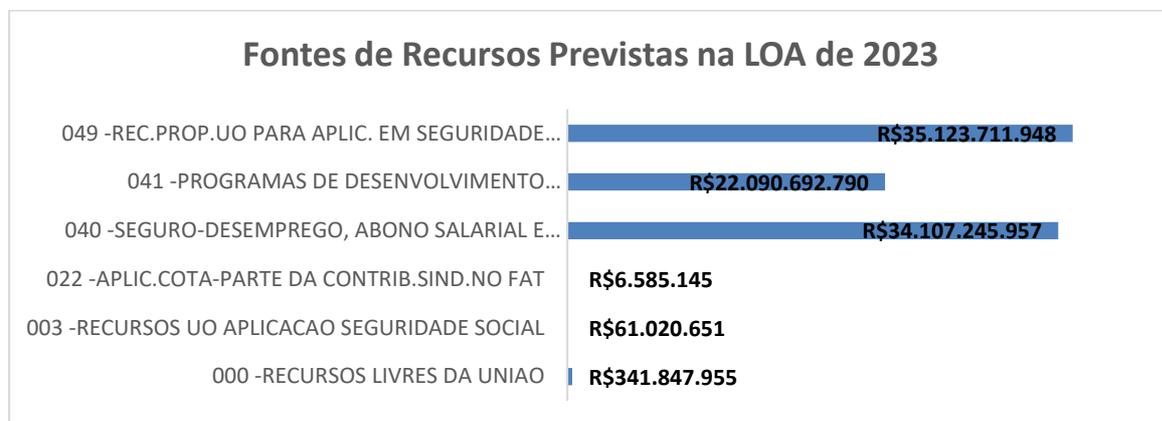


Figura 5: Fonte de Recursos Previstas na LOA de 2023, fonte: Tesouro Gerencial 2023.

Estas e outras informações relevantes a respeito do Fundo de Amparo ao Trabalho relacionadas com suas funções, estrutura, atividades e outras notícias podem ser encontradas no site <https://portalfat.mte.gov.br/codefat/>.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL

<i>Ativo</i>	R\$		
	<i>31/03/2023</i>	<i>31/12/2022</i>	
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	58.458.600.503	54.673.616.416	
Créditos a Curto Prazo	9.451.777.337	8.828.922.822	
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	5.003.848.340	5.415.684.224	
Demais Créditos e Valores	10.181.735.919	8.959.711.862	
(-) Ajustes para Perdas	- 5.733.806.923	- 5.546.473.264	
Estoques	3.071.292	3.109.543	
	67.913.449.132	63.505.648.780	
Não Circulante			
Ativo Realizável a Longo Prazo	398.922.341.195	391.475.346.125	
Créditos a Longo Prazo	398.922.341.195	391.475.346.125	
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	368.529.310.826	361.443.896.968	
Demais Créditos e Valores	49.361.755.140	48.073.558.700	
(-) Ajustes para Perdas	- 18.968.724.770	- 18.042.109.543	
Imobilizado	127.788.469	127.722.077	
Intangível	67.804.122	67.804.122	
	399.117.933.786	391.670.872.323	
Total do Ativo	467.031.382.919	455.176.521.103	
<i>Passivo</i>	<i>Nota</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/12/2022</i>
Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais		9.965.000.306	8.751.826.511
Fornecedores e Contas a Pagar		891	1.329
Transferências Fiscais a Curto Prazo		405.812	1.459
Provisões		21.708.278.050	28.855.863.498
Demais Obrigações		544.085	280.382
		31.674.229.143	37.607.973.179
Não Circulante			
Provisões		26.352.710.266	26.352.710.266
		26.352.710.266	26.352.710.266
Patrimônio Líquido			
Demais Reservas		1.161	1.161
Resultado do Exercício		17.788.597.203	24.342.194.180
Resultados de Exercícios Anteriores		391.215.836.497	370.972.429.122
Ajustes de Exercícios Anteriores		8.649	- 4.098.786.805
		409.004.443.510	391.215.837.658
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		467.031.382.919	455.176.521.103

ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

<i>Saldo Patrimonial</i>	R\$	
	<i>31/03/2023</i>	<i>31/12/2022</i>
Ativo		
Financeiro	58.458.600.503	54.673.616.416
Permanente	408.572.782.415	400.502.904.687
	467.031.382.919	455.176.521.103
Passivo		
Financeiro	1.040.800.837	4.343.385.741
Permanente	57.600.251.223	61.503.439.842
	58.641.052.060	65.846.825.583
Saldo Patrimonial	408.390.330.858	389.329.695.520

CONTAS DE COMPENSAÇÃO

<i>Saldo dos Atos Potenciais</i>	R\$	
	<i>31/03/2023</i>	<i>31/12/2022</i>
Ativos		
Garantias e Contragarantias Recebidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	-	-
Direitos Contratuais	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-
	-	-
Passivos		
Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos	11.151.332	10.099.982
Obrigações Contratuais	20.374.092	20.390.858
Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
	31.525.424	30.490.840
Saldo	- 31.525.424	- 30.490.840

SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

<i>Destinação de Recursos</i>	R\$	
	<i>31/03/2023</i>	<i>31/12/2022</i>
Recursos Ordinários	- 228.923.086	- 247.817.871
Recursos Vinculados	57.646.722.752	50.578.048.546
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	57.646.590.466	50.578.002.101
Recursos de Alienação de Bens e Direitos	161.464	161.464
Total	57.417.799.666	50.330.230.674

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

<i>Variação Patrimonial</i>	R\$	
	<i>31/03/2023</i>	<i>31/03/2022</i>
Aumentativa		
Contribuições	19.546.932.194	20.404.786.255
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	11.689.626.304	6.880.206.628
Transferências e Delegações Recebidas	55.919.731.025	60.331.334.934
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	4.691.586	509.646
Exploração de Bens e Serviços	-	12
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	6.247.790.662	558.220.044
	93.408.771.771	88.175.057.519
Diminutiva		
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	13.523.155.349	10.740.185.393
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital	486.270	1.048.276
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.161.386.487	2.309.005.831
Transferências e Delegações Concedidas	56.016.143.931	60.310.728.675
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.804.711.812	934.127.163
Tributárias	13.038	90.336
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	3.114.277.681	507.153
	75.620.174.568	74.295.692.828
Resultado Patrimonial do Período	17.788.597.203	13.879.364.691

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

						R\$
<i>Receitas Orçamentárias</i>	<i>Previsão Inicial</i>	<i>Previsão Atualizada</i>	<i>Receitas Realizadas</i>			<i>Saldo</i>
Corrente						
Receitas de Contribuições	22.097.277.935	22.097.277.935	19.538.790.382	-		2.558.487.553
Receita Patrimonial	328.522.611	328.522.611	1.946.900.426			1.618.377.815
Receitas de Serviços	34.794.893.561	34.794.893.561	6.590.233.774	-		28.204.659.787
Outras Receitas Correntes	69.589.156	69.589.156	499.633.031			430.043.875
	57.290.283.263	57.290.283.263	28.575.557.614	-		28.714.725.649
Deficit	-	-	-			-
Total das Receitas Orçamentárias	57.290.283.263	57.290.283.263	28.575.557.614	-		28.714.725.649
<i>Despesas Orçamentárias</i>	<i>Dotação Inicial</i>	<i>Dotação Atualizada</i>	<i>Despesas Empenhadas</i>	<i>Despesas Liquidadas</i>	<i>Despesas Pagas</i>	<i>Saldo</i>
Corrente						
Outras Despesas Correntes	70.888.023.083	70.888.023.083	17.421.864.166	17.421.829.166	17.421.829.166	53.466.158.917
	70.888.023.083	70.888.023.083	17.421.864.166	17.421.829.166	17.421.829.166	53.466.158.917
Capital						
Investimentos	7.707.730	7.707.730	-	-	-	7.707.730
Inversões Financeiras	22.090.692.790	22.090.692.790	4.255.250.009	4.255.250.009	4.255.250.009	17.835.442.781
	22.098.400.520	22.098.400.520	4.255.250.009	4.255.250.009	4.255.250.009	17.843.150.511
Superávit	-	-	6.898.443.438			6.898.443.438
Total das Despesas Orçamentárias	92.986.423.603	92.986.423.603	21.677.114.176	21.677.079.176	21.677.079.176	64.410.865.989

RESTOS A PAGAR

<i>RP Não Processado</i>	<i>Tipo</i>	<i>Inscritos</i>					<i>R\$</i>
		<i>Em Exercícios</i>	<i>Em 31 de Dezembro do Ex.</i>	<i>Liquidados</i>	<i>Pagos</i>	<i>Cancelados</i>	<i>Saldo</i>
		<i>Anteriores (a)</i>	<i>Anterior</i>				
Despesas Correntes	Outras Despesas Correntes	1.318.099	2.471.583.796	2.035.208.354	2.034.804.001	2.221.368	435.876.525
	Subtotal	1.318.099	2.471.583.796	2.035.208.354	2.034.804.001	2.221.368	435.876.525
Despesa de Capital	Inversões Financeiras	-	1.870.400.676	1.265.857.799	1.265.857.799	-	604.542.878
	Subtotal	-	1.870.400.676	1.265.857.799	1.265.857.799	-	604.542.878
Total		1.318.099	4.341.984.472	3.301.066.153	3.300.661.800	2.221.368	1.040.419.403

<i>RP Processado</i>	<i>Tipo</i>	<i>Nota</i>	<i>Inscritos em 31</i>					<i>R\$</i>
			<i>Inscritos Ex.</i>	<i>de Dezembro do</i>	<i>Pagos</i>	<i>Cancelados</i>	<i>Saldo</i>	
			<i>Anteriores</i>	<i>Ex. Anterior</i>				
Despesas Correntes	Outras Despesas Correntes		2.965	1.174	1.174	-	2.965	
	Subtotal		2.965	1.174	1.174	-	2.965	
Total		11.4	2.965	1.174	1.174	-	2.965	

BALANÇO FINANCEIRO

		R\$	
<i>Ingressos</i>		<i>31/03/2023</i>	<i>31/03/2022</i>
Receitas Orçamentárias			
Vinculadas		31.117.318.103	31.741.610.224
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	2.541.760.489	1.333.311.259
		28.575.557.614	30.408.298.965
Transferências Financeiras Recebidas			
Resultantes da Execução Orçamentária		37.675.897.577	50.225.283.272
Independentes da Execução Orçamentária		11.653.368.289	1.769.328.201
		49.329.265.865	51.994.611.473
Recebimentos Extraorçamentários			
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		35.000	65.966
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		243.732	19.926
Outros Recebimentos Extraorçamentários		279.862.878	241.085.967
		280.141.610	241.132.007
Saldo do Exercício Anterior			
Caixa e Equivalentes de Caixa		54.673.616.416	49.818.396.572
		54.673.616.416	49.818.396.572
Total		132.858.581.505	132.462.439.018
<i>Dispêndios</i>	<i>Nota</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/03/2022</i>
Despesas Orçamentárias			
Ordinárias		47.553	788.736.837
Vinculadas		21.677.066.623	37.090.820.162
		21.677.114.176	37.879.556.999
Transferências Financeiras Concedidas			
Resultantes da Execução Orçamentária		22.475.580.820	29.486.534.521
Independentes da Execução Orçamentária		26.946.617.669	22.483.890.819
		49.422.198.489	51.970.425.340
Pagamentos Extraorçamentários			
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		1.174	1.344.713
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		3.300.661.800	786.493.568
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		-	435
Outros Pagamentos Extraorçamentários		5.362	56.449
		3.300.668.336	787.895.164
Saldo do Exercício Seguinte			
Caixa e Equivalentes de Caixa		58.458.600.503	41.824.561.514
		58.458.600.503	41.824.561.514
Total		132.858.581.505	132.462.439.018

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

		R\$	
<i>Quadro de Transferências</i>	<i>Detalhamento</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/03/2022</i>
Recebidas	Sub-Repasse Recebido	22.460.705.388	29.475.666.809
	Repasse Recebido	15.215.170.153	20.749.616.463
	Movimentações de VPA	6.590.233.774	8.336.720.018
	Transferências Recebidas para Pgto de RP	9.137.073.804	462.044.804
	Movimentações de Saldos Patrimoniais	2.515.845.983	1.307.276.028
	Doações/Transferências Recebidas	231.385	3.443
	Demais Transferências	448.502	7.370
		Subtotal	55.919.708.988
Concedidas	Sub-Repasse Concedido	- 22.460.705.388	- 29.475.666.809
	Movimentações de Saldos Patrimoniais	- 22.342.025.866	- 22.216.866.434
	Movimentações de VPD	- 6.590.233.774	- 8.336.720.018
	Transferências Concedidas para Pgto de RP	- 4.602.789.359	- 261.860.877
	Repasse Concedido	- 14.853.396	- 10.867.713
	Transferências Fundo a Fundo	- 3.706.237	- 109.018
	Transferências Voluntárias	- -	- 3.000.000
	Doações/Transferências Concedidas	- 5.430	- 474.299
	Demais Transferências	- 1.802.444	- 5.163.507
		Subtotal	- 56.016.121.894
Total		- 96.412.906	20.606.259

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

<i>Fluxos de Caixa</i>	R\$	
	<i>31/03/2023</i>	<i>31/12/2022</i>
Das Atividades Operacionais		
Ingressos		
Receita Patrimonial		-
Receita de Contribuições	19.538.790.382	20.653.123.694
Receita de Serviços	6.590.233.774	8.336.501.993
Remuneração das Disponibilidades	1.946.900.426	1.272.736.136
Outras Receitas Derivadas e Originárias	499.633.031	145.937.143
Outros Ingressos Operacionais	49.609.372.475	52.235.644.389
	78.184.930.089	82.643.943.354
Desembolsos		
Trabalho	- 19.453.332.457	- 33.145.082.493
Demais Despesas	- 4.151	33.125
Transferências Concedidas	- 3.301.884	- 1.453.791
Outros Desembolsos Operacionais	- 49.422.199.701	- 51.970.482.224
	- 68.878.838.193	- 85.116.985.382
	9.306.091.896	- 2.473.042.028
Das Atividades de Investimento		
Desembolsos		
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	- 5.521.107.808	- 5.520.793.030
	- 5.521.107.808	- 5.520.793.030
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	3.784.984.088	- 7.993.835.058
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	54.673.616.416	49.818.396.572

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

<i>Pessoal e Demais Despesas</i>	R\$	
	<i>31/03/2023</i>	<i>31/03/2022</i>
Trabalho	- 19.453.332.457	- 33.145.082.493
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas	- 4.151	33.125
Total	- 19.453.336.608	- 33.145.049.367

NOTAS EXPLICATIVAS

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis (DCON) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional (ME/STN).

As DCON foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis das unidades Ministério do Trabalho e Emprego administração direta que é integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- IV. Balanço Orçamentário (BO);
- V. Balanço Financeiro (BF); e
- VI. Notas Explicativas.

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito deste Fundo de Amparo ao Trabalhador, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público:

Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem o somatório dos valores em caixa e em bancos bem como equivalentes de caixa, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e recursos vinculados por determinações legais oriundos de contribuições sociais registradas na Conta Única do Tesouro Nacional e no Banco Central do Brasil conforme §3º do art. 164 da Constituição Federal, movimentadas sob os mecanismos da Conta Única do Tesouro Nacional (art. 1º da Medida Provisória nº 2.170/2001), e destinadas às despesas de benefícios assistenciais e custeio da máquina administrativa. Também compõe o grupo os demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Créditos e valores a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo, relacionados com juros a receber sobre financiamentos concedidos, adiantamentos concedidos, créditos por irregularidade de comprovação, danos ao patrimônio e créditos a receber decorrentes de valores arrecadados por outras entidades e demais créditos administrativos. Os ajustes para perdas são reconhecidos em até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Os valores são mensurados com base no valor de custo acrescidos das atualizações monetárias e juros registrados até a data do fechamento das demonstrações contábeis em contas de resultado.

Estoques

Compreendem o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme determina o art. 106, inciso III, da Lei nº 4.320/1964. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo relacionados aos financiamentos concedidos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas legislações pertinentes. Nesse grupo, também há, os saldos de créditos administrativos a receber e os créditos decorrentes de tomada de contas especial, onde as contas foram julgadas irregulares, decisão definitiva pelo TCU, e foi apurado débito. Esses créditos são avaliados e mensurados, inicialmente, pelo valor original e são atualizados de acordo com a legislação vigente (calculadora de débitos do TCU).

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quanto tiverem vida útil definida).

Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública direta da União, suas autarquias e fundações têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, as NBC TSP, o MCASP, a Lei nº 10.180/2001 e o Decreto nº 6.976/2009.

Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual Siafi, Macrofunção 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração direta da União, suas Autarquias e Fundações, disponível no sítio do Tesouro Nacional, e na Portaria Conjunta STN-SPU nº 3/2014.

Reavaliação

Segundo o art. 4º da Portaria Conjunta STN-SPU nº 3/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais:

- I. Seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SPU);
- II. Houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; e
- III. Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, entre outros.

Ainda de acordo com o referido normativo, os valores deverão ser atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

Redução ao Valor Recuperável

A entidade avalia se há qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo. Caso haja indício, deverá estimar o valor da perda por meio de testes de recuperabilidade. A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguem as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual Siafi, especificamente na Macrofunção 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, disponível no sítio do Tesouro Nacional.

Conforme descrito no item 3.1 da Macrofunção supracitada, no momento da adoção, por se tratar de uma mudança no critério contábil, a perda por não recuperabilidade será reconhecida como ajustes de exercícios anteriores, impactando diretamente o patrimônio líquido. Após a adoção inicial, a perda por não recuperabilidade do ativo será reconhecida no resultado patrimonial, podendo ter como contrapartida o bem ou uma conta retificadora. Depois do reconhecimento de uma perda por não recuperabilidade, a variação patrimonial diminutiva de depreciação, amortização ou exaustão do ativo será ajustada para alocar o valor contábil revisado do ativo, menos seu valor residual.

Depreciação, Amortização e Exaustão

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado ou do intangível, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo desses encargos, aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, é o das quotas constantes, exceto para os bens imóveis objeto da Portaria Conjunta STN-SPU nº 3/2014, que são cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUNet) e seguem critérios específicos tratados no tópico seguinte.

Como regra geral, a depreciação deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Entretanto, conforme item 6.10 da Macrofunção 020330, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês são relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUNet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUNet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de

bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações do FAT são apropriadas segundo o regime de competência e são evidenciadas pelos valores conhecidos (valor de pagamento da obrigação - custo histórico), acrescidos, quando aplicável, de encargos.

Os passivos circulantes e não circulantes do FAT estão concentrados nos grupos:

- I. obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- II. fornecedores e contas a pagar; e
- III. provisões; e
- IV. demais obrigações.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- a) Patrimonial;
- b) Orçamentário; e
- c) Financeiro.

Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para a União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos ou no potencial de serviços para a União, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta “Superavit/Déficit do Exercício”. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), na qual também é evidenciado o resultado patrimonial do exercício, conforme prescreve o art. 104 da Lei nº 4.320/1964.

Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios (orçamentários e extraorçamentários) que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

BALANÇO PATRIMONIAL

Nota 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

O subgrupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” é composto pelo somatório dos valores do limite de saque da Conta Única da União para atender a despesas com vinculação de pagamento das unidades gestoras do FAT, dos valores das aplicações financeiras registradas na unidade gestora 380916 – Coordenação Geral de Recursos do FAT – CGFAT: fundo extramercado e os depósitos especiais.

Tabela 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

<i>Caixa e Equivalentes de Caixa</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/12/2022</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Aplicação Extra-Mercado	51.831.823.969	48.576.789.578	7%	89%
Depósitos Especiais	5.801.999.277	6.023.466.490	-4%	10%
Limite de Saque	824.777.258	73.360.348	1024%	1%
Total	58.458.600.503	54.673.616.416	7%	100%

Fonte: SIAFI, 2023. Valores em Reais.

Da tabela acima, observa-se que o maior volume de recursos está nas aplicações financeiras do fundo extramercado e a maior variação do trimestre ocorreu na conta de Limite de Saque em decorrência da liberação de recursos financeiros da Lei Orçamentária de 2023.

Composição do Caixa e Equivalentes de Caixa

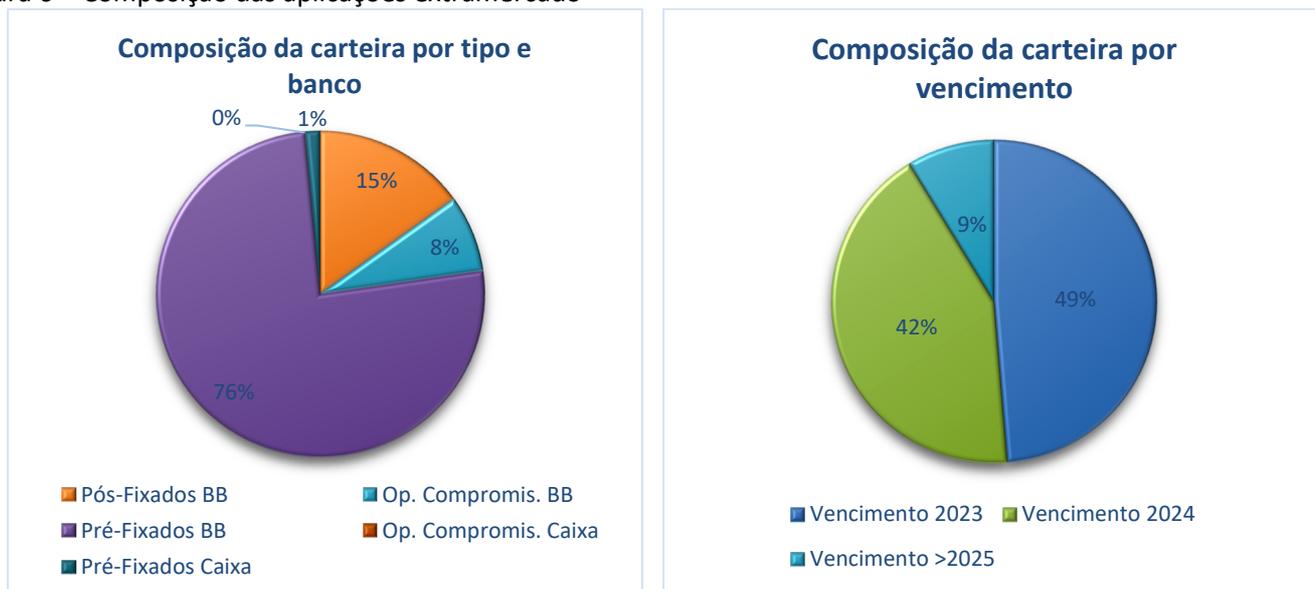
a) Aplicações Extra - Mercado

Correspondem as disponibilidades financeiras do FAT que são aplicadas em títulos públicos do Tesouro Nacional, por intermédio do Banco Central do Brasil e constituem a reserva mínima de liquidez. Esses recursos são remunerados pelos indicadores de mercado, como a inflação ou a SELIC, e a mensuração contábil é realizada pelo valor justo, que no caso é o valor atual de mercado (posição patrimonial “precificado a mercado”).

A carteira de investimentos nos Fundos Extramercado é composta pela carteira do Banco do Brasil - BB e Carteira da Caixa Econômica Federal – CEF, apresentadas a seguir:

FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR – FAT
Relatório das Demonstrações Contábeis 1º Trimestre de 2023

Figura 6 – Composição das aplicações extramercado



Fonte: Coordenação Geral de Recursos do FAT, 2023. Valores em reais.

Tabela 2 – Aplicações por instituição financeira

Banco do Brasil		Caixa Econômica Federal	
Resumo	Valor	Resumo	Valor
Títulos	51.059.326.978	Títulos	777.348.735
Depósito C/C	151.674	Depósito C/C	11.050
Taxa de Adm.	- 4.313.480	Taxas Fisc. CVM a Rec	- 10.241
Auditoria/Outros	- 498.614	Taxa de Adm.	- 70.542
Desp. CETIP	- 29.359	Auditoria/Outros	- 8.174
Taxa SELIC	- 79.857	Taxa SELIC	- 1.736
Provisão de Auditoria	- 2.353		
Total	51.054.554.989	Total	777.269.094

Fonte: Coordenação Geral de Recursos do FAT, 2023. Valores em reais.

A variação nas aplicações financeiras extramercado, de aproximadamente 7% em relação ao ano anterior, está relacionada ao aumento do aplicações e do rendimento financeiro auferido (juros) por ocasião da performance dos indicadores econômicos atrelados às aplicações, conforme destacado na tabela a seguir.

Tabela 3 – Aplicação Extra-Mercado

Aplicação Extra-Mercado	31/03/2023	31/12/2022	AH%
Saldo Inicial	48.576.789.578	42.376.212.410	15%
(+) Aplicação Financeira	13.487.141.348	65.164.665.839	-79%
(-) Resgate	- 12.000.847.982	- 63.932.067.651	-81%
(+/-) Remuneração	1.768.741.025	4.967.978.979	-64%
Total	51.831.823.969	48.576.789.578	7%

Fonte: SIAFI, 2023. Valores em reais.

b) Depósitos Especiais

Os Depósitos Especiais consistem em recursos disponibilizados às instituições financeiras oficiais para aplicação em programas de geração de emprego e renda, por meio da concessão de empréstimos a pessoas físicas e jurídicas. Esses recursos têm origem nas disponibilidades financeiras do Fundo que excedem a Reserva Mínima de Liquidez (RML), para serem aplicados em programas ou linhas de crédito específicas que são aprovadas pelo CODEFAT, e enquanto disponíveis nas instituições financeiras são remunerados pela SELIC, TJLP e TLP.

Tabela 4 – Depósitos Especiais

<i>Depósitos Especiais</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/12/2022</i>	<i>AH%</i>
Saldo Inicial	6.023.466.490	7.406.496.355	-19%
(+) Aplicação Financeira	-	-	0%
(-) Resgate	- 367.436.664	- 1.964.957.231	-81%
(+/-) Remuneração	145.969.451	581.927.365	-75%
Total	5.801.999.277	6.023.466.490	-4%

Fonte: SIAFI, 2023. Valores em reais.

Cabe registrar que esses depósitos especiais são aplicações financeiras de liquidez imediata e amortizações com prazos menores de exigibilidade, não se confundindo com os empréstimos constitucionais do FAT ao BNDES.

Tabela 5 – Aplicações financeiras por banco

<i>Instituições Financeiras</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/12/2022</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
BNDES	5.377.863.501	5.563.558.798	-3%	93%
BB	424.135.776	459.907.692	-8%	7%
Total	5.801.999.277	6.023.466.490	-4%	100%

Fonte: Coordenação Geral de Recursos do FAT, 2023. Valores em reais.

Tabela 6 – Depósitos especiais por banco

<i>Depósitos Especiais</i>	<i>BNDES</i>	<i>BB</i>	<i>BNB</i>	<i>BASA</i>	<i>Total</i>	<i>%</i>
Recursos Disponíveis						
FAT Selic	203.092.969	73.158.480	-	-	276.251.449	5%
Recursos Aplicados						
FAT TJLP	1.257.991.341	39.040.653	-	-	1.297.031.993	22%
FAT TLP	3.916.779.191	311.936.643	-	-	4.228.715.834	73%
Total	5.377.863.501	424.135.776	-	-	5.801.999.277	100%

Fonte: Coordenação Geral de Recursos do FAT (COFAT/CGF/DFC/SETRAB/MTE), 2023. Valores em reais.

Tipo de Recursos

O FAT é composto por recursos financeiros vinculados em quase sua totalidade. Recursos ordinários (disponíveis para livre alocação) perfazem menos de 1% do montante disponível. As receitas arrecadadas pelo fundo têm a sua destinação instituídas por lei para finalidades específicas, como a realização do pagamento de seguro-desemprego e do abono salarial anual, que não dispõem de flexibilidade para sua utilização (recursos vinculados ou “carimbados”).

FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR – FAT
Relatório das Demonstrações Contábeis 1º Trimestre de 2023

Tabela 7 -Tipo de recursos do FAT

<i>Tipo de Recursos</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/12/2022</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Recursos Ordinários	197.976.361	197.863.992	0%	0%
Recursos Vinculados	58.260.624.143	54.475.752.424	7%	100%
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	58.260.218.947	54.475.590.960	7%	100%
Recursos de Alienação de Bens e Direitos	161.464	161.464	0%	0%
Outros Recursos Vinculados	243.732	-	100%	0%
Total	58.458.600.503	54.673.616.416	7%	100%

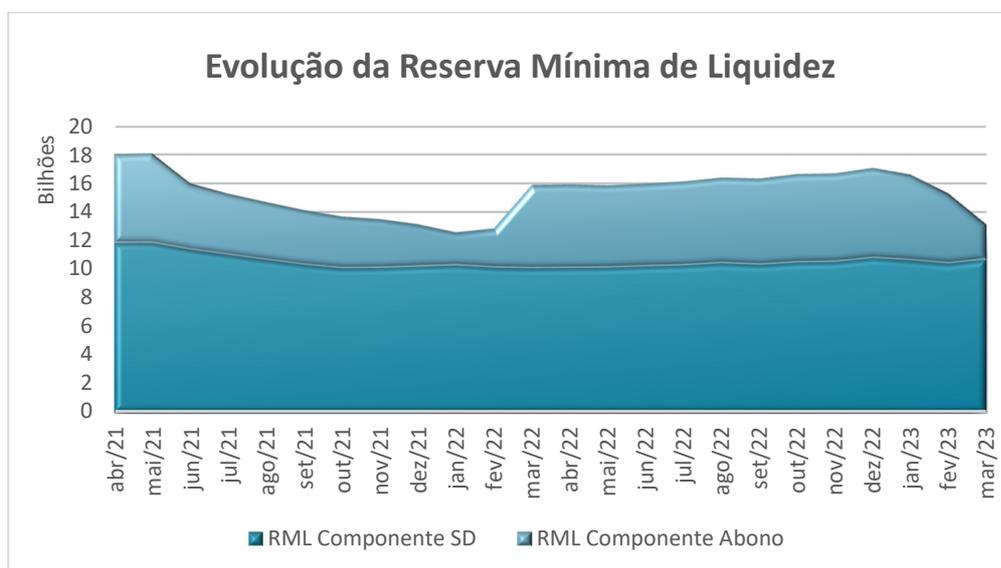
Fonte: SIAFI, 2023. Valores em reais.

Reserva Mínima de Liquidez

Conforme o art. 3º, da Lei nº 13.932/2019, a reserva mínima de liquidez não poderá ser inferior ao montante equivalente a 3 (três) meses de pagamentos do benefício do seguro-desemprego e do abono salarial de que trata o art. 9º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, computados por meio da média móvel dos desembolsos efetuados nos 12 (doze) meses anteriores, atualizados mensalmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou por outro índice que vier a substituí-lo.

De acordo com os cálculos da CGFIN/DEF, a Reserva Mínima de Liquidez no período de março de 2023 é de R\$ 13,07 bilhões. Justifica-se a redução da RML no início de 2023 devido a oscilações da média móvel do componente 'Abono Salarial' relacionado ao cronograma de pagamento do abono aos trabalhadores.

Figura 7 – Reserva mínima de liquidez do FAT



Fonte: Coordenação Geral de Recursos do FAT, 2023. Valores em reais.

Nota 2 - Créditos de Curto e Longo Prazo

Empréstimos e Financiamentos Concedidos

FAT Constitucional

Os créditos a receber de curto e longo prazo referem-se a valores repassados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES denominado de Financiamentos Constitucionais ao BNDES ou simplesmente "FAT Constitucional".

A Constituição Federal, em seu art. 239, §1º, estabelece que pelo menos 28% dos recursos provenientes da arrecadação do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) serão destinados ao financiamento de programas de desenvolvimento econômico, por intermédio do BNDES, logo, tais valores são repassados a cada decêndio para o citado banco.

O FAT Constitucional é remunerado pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC e Taxa de Longo Prazo – TLP. A parcela do Fat Constitucional remunerada por taxas de juros do mercado internacional é denominada "FAT Cambial". Os recursos são aplicados pelo banco (BNDES), remunerados pela SELIC com desconto de 0,09%, com o objetivo de fomentar as seguintes áreas/atividades:

- a) ampliação e diversificação das exportações;
- b) reestruturação da indústria;
- c) expansão e adequação da infraestrutura a cargo da iniciativa privada, com ênfase em investimentos nos setores de energia e telecomunicações;
- d) melhoria dos canais de acesso ao crédito para micros, pequenas e médias empresas;
- e) fortalecimento do mercado de capitais; e
- f) redução dos desequilíbrios regionais.

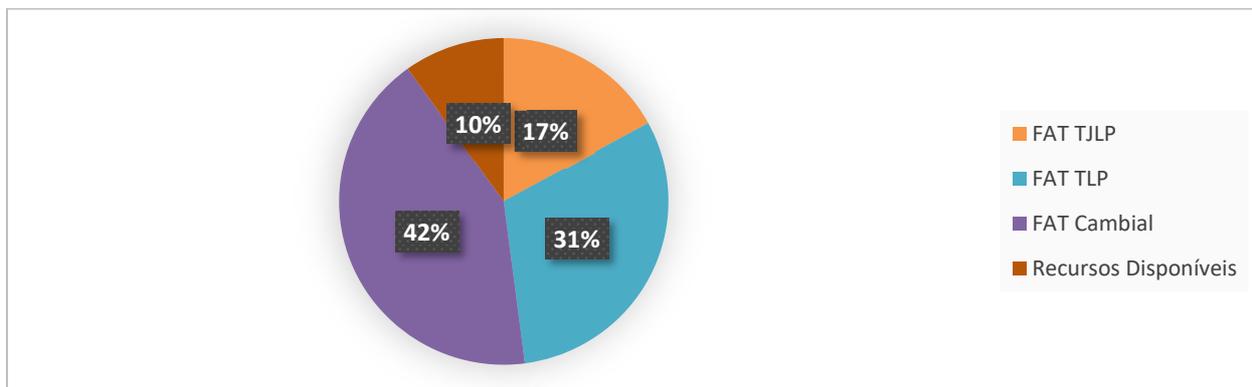
Para manter a reserva e pagar os benefícios, a legislação estabelece que o FAT pode exigir o retorno dos empréstimos constitucionais ao BNDES, conforme estabelece o art. 7º, da Lei nº 8.019/1990, ou solicitar a antecipação das aplicações dos depósitos especiais.

Os valores do curto prazo correspondem ao provisionamento mensal de juros a receber, junto ao BNDES, decorrente da remuneração dos financiamentos a longo prazo concedidos. Os juros a receber possuem exigibilidade semestral, sendo classificados no curto prazo, e são recolhidos ao FAT até o décimo dia útil subsequente ao semestre anterior (art. 3º, Lei nº 8.019/1990).

Os valores do longo prazo correspondem a transferência de 28% da arrecadação do PIS e do PASEP (art. 239 da CF) adicionados aos juros capitalizados e variações cambiais, os quais possuem exigibilidade indeterminada. O total de recursos sob custódia do BNDES em 31/03/2023 é de R\$ 373,53 bilhões, estando a carteira distribuída conforme demonstrado abaixo:

FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR – FAT
Relatório das Demonstrações Contábeis 1º Trimestre de 2023

Figura 8 – Aplicação de recursos do FAT



Fonte: Coordenação Geral de Recursos do FAT, 2023.

Conforme demonstrado na tabela abaixo, o montante dos financiamentos concedidos é mensurado pelo valor original ajustado pelas remunerações a serem recebidas, seja pelos juros, podendo ser pós fixados, e pelas variações cambiais ocorridas.

Tabela 8 – Financiamentos concedidos

<i>FAT Constitucional</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/12/2022</i>	<i>AH%</i>
Saldo Inicial	366.859.581.192	340.713.933.526	8%
(-) Pagto recebido do BNDES	- 6.590.233.774	- 21.382.752.534	-69%
(+) Juros Provisionados	6.178.397.632	19.236.216.273	-68%
(+) Repasse ao BNDES	5.521.107.808	22.181.668.092	-75%
(+/-) Variação Cambial	1.564.306.308	6.110.515.834	-74%
Total	373.533.159.166	366.859.581.192	2%
Circulante	5.003.848.340	5.415.684.224	
Não Circulante	368.529.310.826	361.443.896.968	

Fonte: SIAFI, 2023. Valores em reais.

Demais Créditos e Valores

A composição desse subgrupo é diversificada e os critérios de mensuração utilizados são distintos. Os elementos mais relevantes deste subgrupo são os créditos por dano ao patrimônio, os créditos a receber arrecadados por outras entidades e adiantamento por meio de termo de execução descentralizada.

FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR – FAT
Relatório das Demonstrações Contábeis 1º Trimestre de 2023

Tabela 9 – Demais créditos e valores

<i>Demais Créditos e Valores</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/12/2022</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Valores Arrecadados por Outras Entidades	59.038.318.275	56.533.785.636	4%	169%
Créditos por Dano ao Patrimônio	492.740.782	487.089.742	1%	1%
Demais Créditos	12.432.002	12.395.184	0%	0%
Subtotal	59.543.491.059	57.033.270.562	4%	171%
(-) Ajuste para Perdas	- 24.702.531.693	- 23.588.582.807	5%	-71%
Total	34.840.959.366	33.444.687.755	4%	100%
Circulante	4.447.928.996	3.413.238.598		
Não Circulante	30.393.030.370	30.031.449.157		

Fonte: SIAFI, 2023. Valores em reais.

Valores Arrecadado por Outras Entidades

Esses valores consistem no cumprimento à recomendação constante do Acórdão nº 978/2018-Plenário do TCU. Nesse acórdão o TCU recomendou que a contabilização dos créditos tributários e dívida ativa relacionados às contribuições do PIS/PASEP fosse revista, de modo que os reflexos contábeis estivessem evidenciados, respectivamente, no FAT. Sobre o assunto, atualmente os créditos do PIS/PASEP são apropriados e evidenciados na contabilidade da Receita Federal do Brasil – RFB, instituição responsável pela arrecadação dos referidos tributos, ao passo que os valores inscritos em dívida ativa são evidenciados na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, entidade que tem por competência apurar a liquidez e certeza da dívida ativa da União de natureza tributária e não tributária, inscrevendo-a para fins de cobrança, amigável ou judicial.

Constatou-se que os ativos do FAT estavam subavaliados devido à ausência da dívida ativa tributária, enquanto ocorria uma superavaliação nas demonstrações da RFB e da PGFN, haja vista que o Egrégio Tribunal de Contas da União entende que os créditos tributários a receber e da dívida ativa tributária devem ser evidenciados na contabilidade do FAT, entidades responsáveis pela gestão dos recursos do PIS/PASEP, respectivamente.

Para atender as recomendações anteriores do TCU acerca desse assunto, a STN propôs a adoção de rotina de contabilização similar à repartição de receitas tributárias com Estados e Municípios, a qual foi considerada adequada pelo TCU.

No exercício 2019, o TCU emitiu um novo acórdão. Por meio do Acórdão nº 927-Plenário, o TCU determinou que nas próximas demonstrações financeiras (Demonstração das Variações Patrimoniais) fosse ajustada a divulgação da informação contábil relativa à receita de contribuições previdenciárias de forma que ela se revele mais útil aos usuários, em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC TSP EC, NBC TSP 01 e NBC TSP 02.

Para atender essa nova determinação, a STN em junho/2019 alterou as situações de apropriação dos créditos do PIS/PASEP (repartição de créditos) e as situações de ajuste para perda no SIAFI.

a) Crédito Tributário a Receber - RFB

A Receita Federal do Brasil - RFB segrega os créditos tributários (CT) em quatro situações:

a) Devedor: são CT exigíveis, sujeito à cobrança amigável e à cobrança administrativa especial e, em caso de não regularização, ao envio à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para inscrição em Dívida Ativa da União;

b) Exigibilidade Suspensa por Processo Administrativo: créditos tributários com sua exigibilidade suspensa na esfera administrativa. Essa situação ocorre principalmente durante o julgamento do contencioso administrativo, nas Delegacias da Receita Federal de Julgamento (DRF) ou o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) e durante a revisão de ofício dos débitos lançados. Também ocorre no transcurso dos prazos para: ciência, pagamento, apresentação de impugnação, de manifestação de inconformidade ou de recursos;

c) Exigibilidade Suspensa por Processo Judicial: nessa situação estão os CT cujos valores e exigibilidades estão em discussão na esfera judicial; e

d) Parcelamento: CT consolidado, suspenso por parcelamento ordinário ou especial, amortizado em cotas.

O levantamento desses débitos é realizado nos sistemas de controle de cobrança da RFB como o sistema de Informações Econômico-Fiscais (Sief), Grande Porte Serpro, Grande Porte Dataprev, por meio de consultas aos seus gerenciais, ou ainda, com a utilização do DW-Devedores e Informar. Os dados assim obtidos são usados para registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), compondo o Balanço Geral da União (BGU).

A partir de janeiro de 2022, a classificação contábil dos créditos tributários a receber controlados pela RFB passou a ser realizada a partir da conversão dos saldos, nos sistemas de controle do crédito tributário, de acordo com a correspondência entre código de receita e natureza de receita orçamentária existente na Tabela de Receita Orçamentária do Siafi. A extração da tabela do Siafi e a conversão dos saldos passaram a ser realizadas de forma automática, trazendo os seguintes benefícios para o registro contábil:

- Evita a possibilidade de ocorrência de erros de edição de arquivos externos no processo de classificação contábil;
- Permite a exclusão de tributos ICMS e ISS com base no valor real existente nos sistemas;
- Possibilita a reclassificação contábil de códigos de receita para novos códigos contábeis pela alteração da tabela de receitas do Siafi;
- Elimina a classificação contábil por estimativas com base na arrecadação do ano anterior, utilizada até 2021, tornando a classificação contábil mais fidedigna e tempestiva ao refletir as variações mensais ocorridas nos créditos ativos existentes nos sistemas de controle do crédito tributário;
- Permite identificar códigos de receita sem classificação contábil no Siafi, cuja classificação é realizada proporcionalmente até que seja atribuída uma classificação contábil específica no Siafi.

Com o objetivo de determinar os valores que compõem as partes circulante e não circulante dos créditos na situação devedor, a Coordenação-Geral de Administração do Crédito Tributário (Corat) utilizava, até novembro/2022, percentuais obtidos de forma estimada, na proporção de 20%/80%, respectivamente, baseada no fato de que o prazo de cobrança sendo de cinco anos, o primeiro é visto como circulante (curto prazo) e os demais como não circulante (longo prazo).

Porém, em virtude da implantação da demanda da Inscrição Otimizada, que encaminha automaticamente os saldos não pagos dos débitos declarados, respeitando o prazo da Portaria MF nº 447/2018, não há mais sentido em se manter esse critério. Todo o crédito tributário exigível deve ser inscrito dentro do prazo da norma, o que faz com que não permaneça na RFB por mais de 1 ano, justificando a alteração do critério de classificação dos créditos devedores para 100% circulante, respeitando os termos do MCASP. Portanto, a partir dos registros realizados em dezembro/2022 foi feita a transferência do saldo das naturezas de receita de créditos do tipo devedor das contas contábeis do ativo não circulante para o ativo circulante.

FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR – FAT
Relatório das Demonstrações Contábeis 1º Trimestre de 2023

Essa transferência visa atender à determinação constante do Acórdão nº 1153/2022 – TCU, item 9.1.2 “proceda à classificação dos créditos tributários a receber em ativo circulante e não circulante, consoante as regras contábeis previstas no MCASP e nas NBC TSP, especialmente os registrados nas Contas Contábeis 1.1.2.1.1.01.00, 1.1.2.1.1.02.00, 1.1.2.1.1.03.00, 1.1.2.1.1.04.00, 1.2.1.1.1.01.03, e 1.2.1.1.1.01.04;”. Desta forma, a partir de dezembro/2022, todos os créditos do tipo devedor serão registrados somente no ativo circulante.

Para a classificação dos créditos ativos de parcelamento como circulante e não circulante, será utilizada durante o ano de 2023 a relação 18,99%/81,01%, respectivamente, baseada no estoque de parcelamentos em 31 de dezembro de 2021 e o valor de pagamentos de parcelamentos no ano de 2022, conforme abaixo:

- a) Estoque de Parcelamentos em 31/12/2021: R\$ 201.975.445.687,39;
- b) Arrecadação de Parcelamentos em 2022: R\$ 38.364.759.472,00;
- c) Parcelamento no Ativo Circulante: Arrecadação em 2022 / Estoque em 31/12/2021 = 18,99%; e
- d) Parcelamento no Ativo Não Circulante: 100% - 18,99% = 81,01%.

Em síntese: A segregação dos créditos tributários está assim definida:

- a) Crédito do tipo Devedor - Ativo Circulante: 100% e Ativo Não Circulante: 0%
- b) Crédito do tipo Parcelado - Ativo Circulante: Ativo Circulante: 18,99% e Ativo Não Circulante: 81,01%

Em linhas gerais, após o lançamento e/ou a validação dos dados declarados à RFB, ocorre a primeira avaliação sobre a existência dos requisitos para a constituição do crédito tributário. Caso haja interposição de recursos e/ou pedido de impugnações, os créditos têm a sua exigibilidade suspensa, não podendo ser reconhecidos como ativos, uma vez que não há garantias de fruição de benefícios econômicos. Dessa maneira, tais créditos são registrados em contas de controle e mencionados nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Caso contrário, ou seja, na ausência de recursos e/ou impugnações, tem-se a constituição do crédito tributário. Nesse momento, é possível determinar o credor, a natureza do crédito tributário e o valor devido ao erário. Tais créditos são segregados nas classificações de devedores e parcelados, esses últimos quando houver um pedido de parcelamento nos débitos confessados pelos contribuintes.

Logo após o reconhecimento do crédito tributário, são iniciadas as atividades relacionadas à cobrança administrativa. Durante essa fase, há novamente verificações acerca de:

- a) pedidos de parcelamento;
- b) interposição de recursos e/ou pedido de impugnações; e
- c) extinção do crédito, segregando-se o pagamento das demais modalidades de extinção. Nessa fase, é necessário um especial destaque em relação a:
 - i. se houver interposição de recursos e/ou pedido de impugnações, ocorrerá o desreconhecimento do crédito anteriormente constituído;
 - ii. quando houver decisão favorável à União, dos recursos e/ou impugnações anteriormente apresentados, ocorrerá o reconhecimento do crédito tributário.

Se houver resultado positivo da cobrança administrativa, ou seja, se houver pagamento por parte do devedor, ocorrerá o registro da arrecadação e o crédito será baixado. Se não houver sucesso na cobrança administrativa, passam a ser observadas as seguintes regras: (a) os créditos com valores superiores a R\$ 1.000,00 (mil reais) são encaminhados para que sejam inscritos na dívida ativa; e (b) os créditos com valores inferiores ao valor supracitado permanecem na cobrança administrativa da RFB, reiniciando-se essa fase para tais créditos. Tanto os créditos classificados no grupo de devedores (não-parcelados) quanto os créditos parcelados são considerados aptos a compor a base de cálculo para o ajuste para perdas.

b) Ajuste para Perdas sobre Crédito Tributário a Receber - RFB

Em razão da recomendação proferida pelo Acórdão TCU nº 977/2018, foi elaborada uma metodologia de Rating, enquadrando o crédito tributário em faixas que traduzem a sua provável solvência. Segundo a Nota Créditos Ativos nº 011/2019, de fevereiro a dezembro de 2019, foi utilizado um rating elaborado por representantes da 10ª Região Fiscal, tanto a metodologia quanto a memória de cálculo constam da Nota Ações de Incremento à Arrecadação nº 009/2018, divulgada no item “Outras informações relevantes” das Notas Explicativas do 4º trimestre do Ministério de 2019 da Economia.

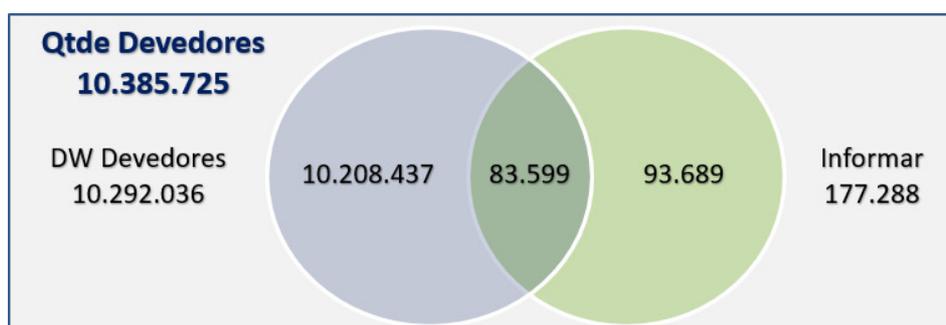
Esse rating atua com 2 (dois) dígitos na forma de percentuais, sendo o primeiro aplicado somente aos débitos na situação devedor da pessoa jurídica, de forma a “destacar” o universo de débitos de empresas que estejam na situação cadastral ativa, e o segundo, destinado a definir a faixa de solvência do crédito tributário não parcelado.

A partir de janeiro de 2020, conforme a Nota Créditos Ativos nº 02/2020, o rating passou a ser apurado mensalmente na Coordenação-Geral de Administração do Crédito Tributário (Corat) para todos os contribuintes devedores.

No registro realizado em fevereiro de 2023 (referentes aos créditos de janeiro) o valor utilizado como índice de ajuste para perdas foi de 72,55%.

Para o cálculo do 1º e 2º dígitos do rating, foram analisados todos os 10.385.725 contribuintes pessoa jurídica com créditos ativos na situação devedor nos sistemas DW Devedores e Informar, conforme o diagrama a seguir.

Figura 9 – Devedores FAT no âmbito da RFB



Fonte: Receita Federal do Brasil, 2023.

O primeiro dígito (d1) refere-se à situação cadastral e à atividade econômica do contribuinte:

d1	Situação Cadastral	Atividades Econômica	Estimaiva de Perdas
A	Diferente de Baixada ou Nula	Vlr Arrc + Vlr Cst Prod > 0	0%
B	Baixada ou Nula		100%
C	Diferente de Baixada ou Nula	Vlr Arrc + Vlr Cst Prod = 0	100%

FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR – FAT
Relatório das Demonstrações Contábeis 1º Trimestre de 2023

Onde:

Vlr Arrc = Valor da Arrecadação em DARF e em GPS dos últimos 12 meses; e

Vlr Cst Prod = Valor do Custo de Produção dos últimos 12 meses, contemplando a contribuição previdenciária patronal e a massa salarial declarada no eSocial, os insumos adquiridos através de Notas Fiscais Eletrônicas de entrada e os demais débitos declarados em DCTF/PGDAS-D.

Aplicando-se tais critérios ao universo de contribuintes devedores na RFB, chega-se ao Rating do d1 aplicado aos débitos de CNPJ na situação Devedor:

Tabela 10 – Rating da dívida FAT no âmbito da RFB

1º Dígito Rating	Soma de Débitos Devedores	% Débitos Devedores	Estimativa de Recuperação (d1)	Estimativa de Recuperação (d1)	Estimativa de Perda (100% - d1)	Estimativa de Perda (d1)
A	158.345.145.939,06	97,11%	100,00%	158.345.145.939,06	0,00%	-
B	3.367.575.486,40	2,07%	0,00%	-	100,00%	3.367.575.486,40
C	1.349.292.804,71	0,83%	0,00%	-	100,00%	1.349.292.804,71
Total	163.062.014.230,17	100,00%	97,11%	158.345.145.939,06	2,89%	4.716.868.291,11
				% Recuperação (d1)	97,11%	
				% Perda (d1)	2,89%	

Fonte: Receita Federal do Brasil, 2023.

Os valores de perdas estimadas para o dígito d1 (B e C) do Rating são desconhecidos do Balanço Geral da União e são registrados em contas de controle da RFB desde o mês de novembro de 2020.

O segundo dígito (d2) refere-se à relação Débito/Arrecadação do contribuinte:

Tabela 11 – percentuais de estimativa de perda por rating

d2	Débito/Arrecadação	Estimativa de Perdas
A	(Vlr Débito = 0) e (Vlr Arrc > 0)	19,5%
B	(Vlr Débito) / (Vlr Arrc) > 0 e <= 3	51,1%
C	(Vlr Débito) / (Vlr Arrc) > 3 e <= 6	69,2%
D	(Vlr Débito) / (Vlr Arrc) > 6	80,0%
E	(Vlr Arrc) = 0	90,0%

Fonte: Receita Federal do Brasil, 2023.

Onde:

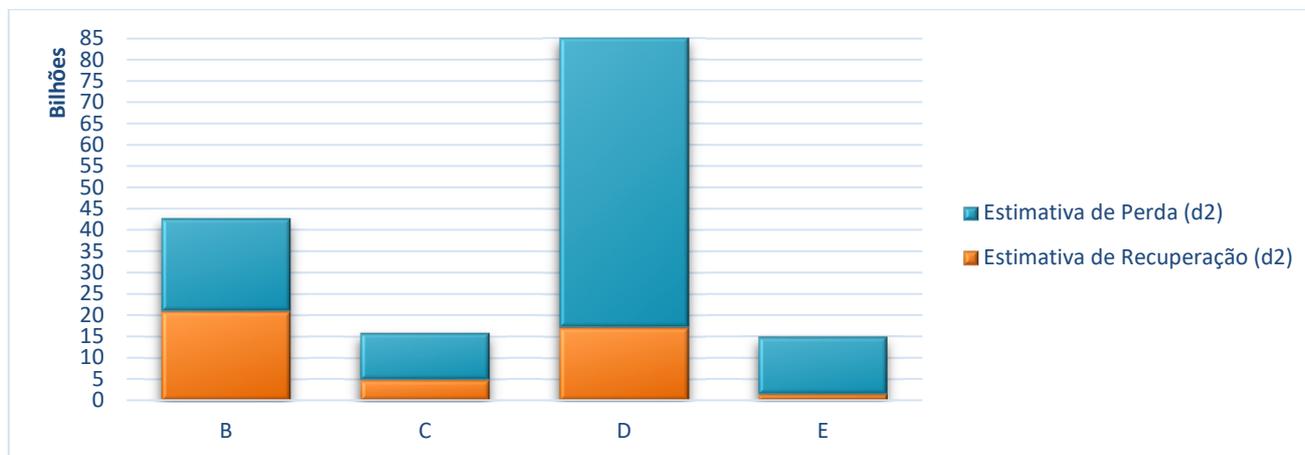
Vlr Arrc = Valor da Arrecadação em DARF e em GPS dos últimos 12 meses; e

Vlr Débito = Débito total do contribuinte. Representa a soma dos créditos ativos na situação devedor na RFB, extraídos do DW Devedores e do Informar, com o total de débitos inscritos em DAU, extraído do DW da PGFN, contabilizando os débitos como devedor principal e por responsabilidade tributária. No caso da PGFN são contabilizados os débitos nas situações devedor, parcelado, garantido e suspenso judicialmente.

FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR – FAT
Relatório das Demonstrações Contábeis 1º Trimestre de 2023

Aplicando-se tais critérios ao universo de contribuintes devedores na RFB, chega-se ao *Rating* do d2:

Figura 10 – Estimativas de perda segundo *rating* RFB



Fonte: Receita Federal do Brasil, 2023. Valores em bilhões de reais.

Após a aplicação do percentual de perdas relativas ao “d1”, o percentual de ajuste para perdas relativas ao dígito “d2” é de **72,07%** para o mês de março (referentes aos créditos de fevereiro).

Para o cálculo de ajuste para perdas de créditos na situação “parcelados” em 2023, está sendo utilizado o percentual de 5,53%, obtido em dados gerenciais dos parcelamentos das Leis nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e nº 12.996, de 18 de junho de 2014, do Sistema de Parcelamento Parametrizado (SiefPar) e do Sistema de Parcelamento de Débitos (Sipade), conforme tabela a seguir:

Tabela 12 – parcelamentos FAT e estimativa de perda

<i>Parcelamento</i>	<i>Parcelamento em Atraso (A)</i>	<i>Saldo Devedor (B)</i>	<i>Estimativa de Perdas (A) / (B) (%)</i>
Lei 11.941/09 (Posição em 10/01/2021)	2.338.724.972,29	5.070.856.253,42	46,12%
Lei 12.966/14 (Posição em 10/01/2021)	1.745.430.716,01	6.296.488.482,78	27,72%
Sipade (Posição em 31/01/2023)	651.064.279,31	27.402.521.247,05	2,38%
SiefPar (Posição em 31/12/2020)	801.461.935,31	61.288.891.993,95	1,31%
Total	5.536.681.902,92	100.058.757.977,20	5,53%

Fonte: Receita Federal do Brasil, 2023.

A tabela a seguir apresenta os valores apurados pela Receita Federal do Brasil – RFB no mês de março de 2023, a título de ajuste para perdas sobre os créditos para repartição ao FAT.

Figura 11 – Ajustes para perdas RFB sobre créditos FAT



Fonte: Receita Federal do Brasil, 2023. Valores em bilhões de reais.

c) Dívida Ativa - PGFN

Refere-se ao registro dos créditos tributários (PIS/PASEP) por competência no FAT (repartição dos créditos apropriados na PGFN).

A PGFN utiliza do Sistema Integrado da Dívida Ativa (SIDA) e do DIVIDA – Sistema da Dívida Ativa Previdenciária. A contabilização da dívida ativa da União ocorre de duas formas, variando conforme a natureza do crédito inscrito. Os créditos Tributários Não Previdenciários e os créditos Não Tributários são registrados no SIDA e posteriormente contabilizados no SIAFI de forma automática, por meio da sistemática da FITA DAU. Os créditos Tributários Previdenciários são registrados no sistema DIVIDA e posteriormente encaminhados pela Coordenação da Dívida Ativa – CDA à Seccional Contábil para contabilização manual no SIAFI.

A classificação do Estoque da Dívida Ativa foi desenvolvida levando em consideração critérios eminentemente empíricos, estabelecidos a partir da experiência adquirida pela PGFN na cobrança dos créditos da Dívida Ativa da União e o perfil dos devedores. Cada métrica, portanto, recebeu um “peso”, atribuído de acordo com a sua importância para aferição da possibilidade de recuperação dos créditos.

Os créditos inscritos em dívida ativa da União são classificados em quatro classes, a depender do grau de recuperabilidade:

- Classe “A”: créditos com alta perspectiva de recuperação;
- Classe “B”: créditos com média perspectiva de recuperação;
- Classe “C”: créditos com baixa perspectiva de recuperação; e
- Classe “D”: créditos irrecuperáveis.

d) Ajuste para Perdas sobre a Dívida Ativa - PGFN

A Portaria MF nº 293, de junho de 2017, define que o ajuste para perdas será calculado considerando a expectativa de recuperação dos créditos com rating “A” e “B”.

Conforme histórico de adimplemento, a expectativa de recuperação dos créditos das classes “A” e “B” nos próximos 10 (dez) anos é a seguinte:

FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR – FAT
Relatório das Demonstrações Contábeis 1º Trimestre de 2023

- a) Classe “A”: 70% Recuperável e 30% de Ajuste para perdas;
b) Classe “B”: 50% Recuperável e 50% de Ajuste para perda.

Ressalta-se que a atualização do ajuste para perdas é feita atualmente, quando do encerramento do exercício.

Tabela 13 – Ajustes para perdas sobre crédito FAT pela PGFN

<i>Rating do Grupo do Devedor</i>	<i>Todas Origens - Valor Principal da Inscrição</i>	<i>% Perda</i>	<i>Ajustes 2023 - mar</i>	<i>Ajustes 2022 - dez</i>
A	3.038.532.996,13	30%	911.559.898,84	1.084.555.307,62
B	11.199.053.779,29	50%	5.599.526.889,65	4.979.338.078,30
Total	14.237.586.775,42		6.511.086.788,48	6.063.893.385,92

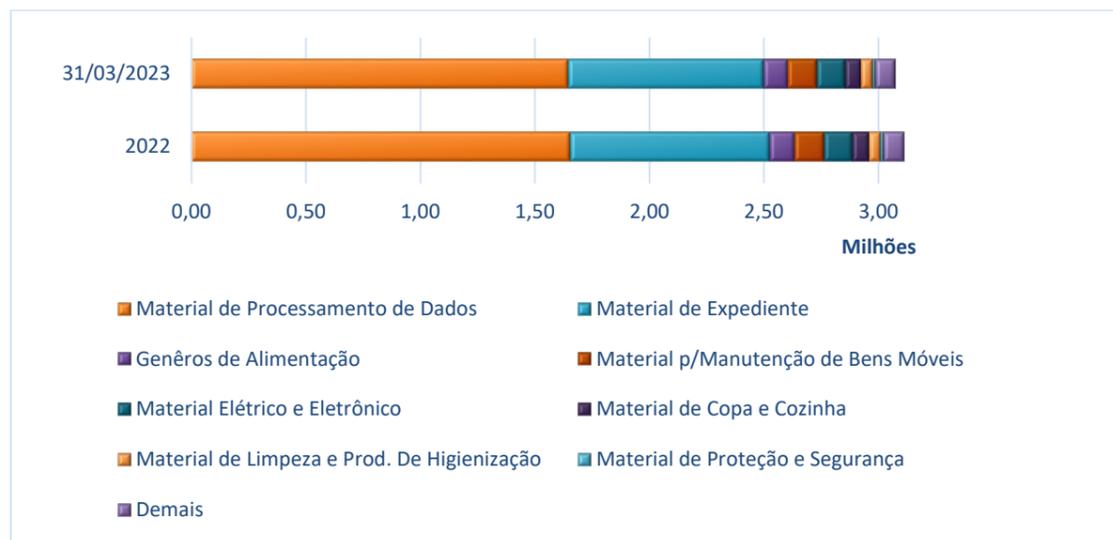
<i>Rating do Grupo do Devedor</i>	<i>Todas Origens - Valor Multa da Inscrição</i>	<i>Todas Origens - Valor Juros da Inscrição</i>	<i>Todas Origens - Valor Encargo da Inscrição</i>	<i>Total</i>	<i>% Perda</i>	<i>Ajustes 2023 - mar</i>	<i>Ajustes 2022 - dez</i>
A	1.124.660.004,32	4.996.979.109,20	1.717.164.298,61	7.838.803.412,13	30%	2.351.641.023,64	2.804.708.765,50
B	3.804.193.950,52	10.712.341.856,84	4.598.438.968,44	19.114.974.775,80	50%	9.557.487.387,90	8.165.449.211,69
Total	4.928.853.954,84	15.709.320.966,04	6.315.603.267,05	26.953.778.187,93		11.909.128.411,54	10.970.157.977,18

Fonte: PGFN, 2023. Valores em Reais

Nota 3 - Estoques

Os estoques do FAT compreendem o saldo das mercadorias em almoxarifado contabilizados pelo valor de aquisição. Os Estoques estão distribuídos nas Superintendências Regionais do Trabalho e cada Superintendência possui autonomia administrativa.

Figura 12 – Material de consumo



Fonte: SIAFI, 2023. Valores em milhões reais.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme determina o art. 106, inciso III, da Lei nº 4.320/1964. A redução do saldo de estoque em 2023 foi ocasionada em maior importância pelo consumo de materiais processamento de dados e de expediente.

Nota 4 - Imobilizado

O Ativo Imobilizado é o item tangível (corpóreo, material) que é mantido para fins administrativos, utilização na produção ou fornecimento de bens e serviços. O Imobilizado está segregado em dois grupos: bens móveis e bens imóveis.

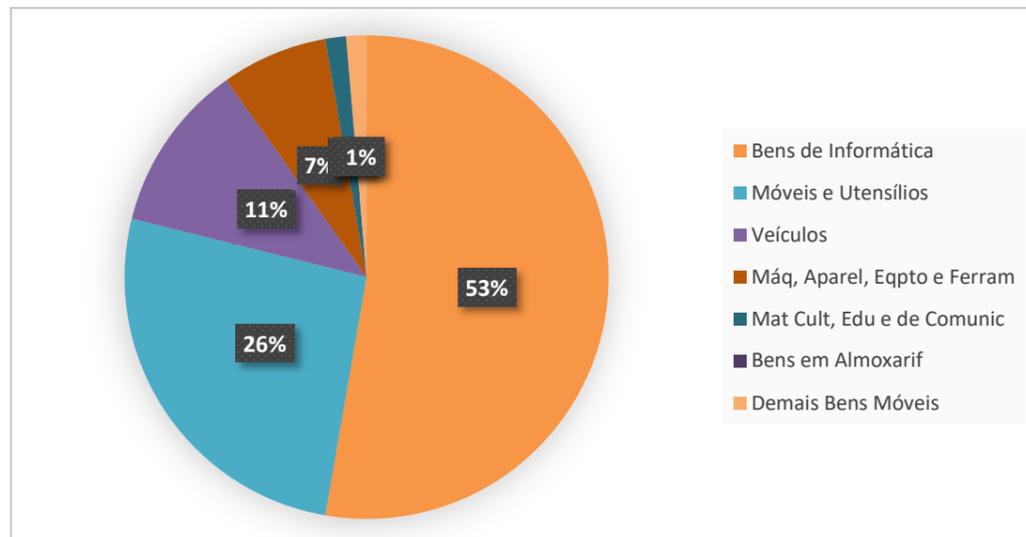
Os bens patrimoniais pertencentes ao FAT e contabilizados em seu ativo estão em processo de migração para o SIADS. Cabe destacar que a transferência dos bens das unidades gestoras do FAT para as unidades do Ministério do Trabalho e Emprego - Tesouro, estão em processo de análise pela Coordenação Geral de Patrimônio, a qual reforça a recomendação da Procuradoria Regional da Fazenda Nacional através da Nota SEI nº 124/2021/CAF/PGACFFS/ME quanto à observância da manutenção da destinação dos referidos bens às finalidades legais do FAT. Ainda observa a necessidade de parecer da CODEFAT para movimentação de tais bens. O teor da matéria consta no Processo SEI nº 19958.100393/2022-93 da CCONT/CGONT/MTE.

Bens Móveis

Até o momento as unidades gestoras do FAT realizam a depreciação dos bens móveis utilizando sistemas patrimoniais não institucionalizados, os quais consideram para cálculo o método das cotas constantes, a tabela de vida útil e de valor residual constante no Manual SIAFI nº 020330 - Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Dir. União, Aut. e Fund, atendendo as normas de contabilidade sobre o assunto.

Os bens móveis do FAT estão distribuídos nas Superintendências Regionais do Trabalho e cada Superintendência possui autonomia administrativa para gestão destes bens. Para o efetivo controle dos estoques de materiais e bens patrimoniais a Portaria nº 232, de 2 de junho de 2020 tornou obrigatório o uso do Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS para os órgãos e entidades da Administração Pública Federal Indireta, Autárquica e Fundacional. O FAT embora apresente UASGS cadastradas no sistema SIADS apresentou dificuldades técnicas de conclusão dos inventários na Superintendências Regionais e outras limitações decorrentes da reestruturação do órgão após cisão do Ministério da Economia para compor o Relatório de Bens atualizados no SIADS e ainda prosseguir a transferência dos bens patrimoniais para as unidades gestoras do órgão 40000 – MTE.

Figura 13 – Bens móveis composição



Fonte: SIAFI, 2023.

Bens Imóveis

Os bens imóveis do FAT estão distribuídos nas Superintendências Regionais do Trabalho e são registrados no Spiunet – Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União para os Bens de Uso Especial como edifícios, imóveis e terrenos utilizados nas atividades finalísticas e para manutenção das Superintendências Regionais do Trabalho. Quanto à apuração do desgaste após reconhecimento do custo de produção ou construção as unidades reconhecem a depreciação conforme Portaria Conjunta STN/SPU nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

Conforme tabela a seguir, verifica-se a maior parcela dos bens nas contas de Obras em Andamento e Edifícios, 94% do saldo total. Estes bens permanecem sem variação em comparação com exercício anterior diante ausência de respostas pelas Superintências Regionais nos pedidos via Processo SEI (a exemplo nº 13621.118080/2020-45 que tramita na SPU/MA) para atualização e regularização do valor do Imóvel junto à SPU – Superintendência de Patrimônio da União.

Tabela 14 – Bens imóveis do FAT

<i>Bens Imóveis</i>	<i>Obras em Andamento</i>	<i>Edifícios</i>	<i>Imóveis</i>	<i>Estudos e Projetos</i>	<i>Terrenos</i>	<i>Total</i>
Custo						
Saldo Inicial	9.032.602	11.967.095	769.233	143.701	94.535	22.007.166
Baixa	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	9.032.602	11.967.095	769.233	143.701	94.535	22.007.166
(-) Depreciação						
Saldo Inicial	-	-	43.201	-	-	43.201
Depreciação	-	-	5.295	-	-	5.295
Saldo Final	-	-	48.496	-	-	48.496
Saldo em 31/12/2022	9.032.602	11.967.095	726.032	143.701	94.535	21.963.965
Saldo em 31/03/2023	9.032.602	11.967.095	720.737	143.701	94.535	21.958.670

Fonte: SIAFI, 2023. Valores em reais.

Nota 5 - Intangível

No intangível constam os softwares acabados e os softwares em fase de desenvolvimento. Esses ativos foram mensurados pelo custo de desenvolvimento, representado pelo valor dos contratos executados de desenvolvimento e respectivos aditivos.

Tabela 15 – Softwares

<i>Intangível</i>	<i>Softwares em Fase de</i>		<i>Total</i>
	<i>Softwares</i>	<i>Desenvolvimento</i>	
Vida Útil Definida			
Saldo Inicial	33.347.128	20.777	33.367.905
Saldo Final	33.347.128	20.777	33.367.905
Vida Útil Indefinida			
Saldo Inicial	19.919.838	14.516.379	34.436.217
Saldo Final	19.919.838	14.516.379	34.436.217
Saldo em 31/12/2022	53.266.966	14.537.156	67.804.122
Saldo em 31/03/2023	53.266.966	14.537.156	67.804.122

Fonte: SIAFI, 2023. Valores em reais.

Os softwares são classificados em ativos intangíveis com vida útil definida e com vida útil indefinida, sendo o último não amortizável, mas registrados conforme os critérios de reconhecimento e mensuração disciplinados no Manual SIAFI nº 020345 – Ativos Intangíveis. No contexto atual, mesmo os bens com vida útil definida não possuem a apropriação da amortização no órgão.

Nota 6 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais

Compreendem as obrigações como benefícios aos quais o colaborador ou beneficiário tenha direito, tais como, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, bem como benefícios assistenciais.

No FAT esse grupamento de contas é formado exclusivamente pelo título de “Benefícios Previdenciários a Pagar” contabilizados totalmente no curto Prazo, composto de valores com benefícios assistenciais: seguro-desemprego e abono salarial. O saldo em 31/03/2023 apresenta o montante referente a valores a serem executados ainda em 2023.

Tabela 16 – Benefícios previdenciários a pagar

<i>Benefícios Previdenciários</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/12/2022</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Seguro-Desemprego	9.539.310.717	8.307.294.648	15%	96%
Abono Salarial	425.689.589	444.531.863	-4%	4%
Total	9.965.000.306	8.751.826.511	14%	96%

Fonte: SIAFI, 2023. Valores em reais.

Seguro-Desemprego

O Seguro-Desemprego é um benefício constitucionalmente previsto no art. 7º, inciso II, da Constituição Federal de 1988, sendo um direito de todos os trabalhadores urbanos e rurais, que tem o objetivo de proteger o trabalhador em situação de desemprego involuntário. O legislador, objetivando regulamentar o comando constitucional, editou a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que garantiu o pagamento desse benefício aos empregados regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT de pessoas jurídicas ou pessoas físicas a elas equiparadas.

Em 2001, por intermédio da Medida Provisória nº 2.164-41, foi instituída a modalidade de seguro-desemprego denominada de Bolsa de Qualificação Profissional, destinada aos trabalhadores que estiver com o contrato de emprego suspenso em virtude de participação em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador. A Lei nº 10.608, de 20 de dezembro de 2002, passou a permitir o pagamento do benefício ao trabalhador resgatado da condição análoga à de escravo. Em 2003, a Lei nº 10.779 previu a concessão do seguro-desemprego ao pescador que exerça sua atividade de forma profissional ininterruptamente, de forma artesanal e individualmente ou em regime de economia familiar. Finalmente, a Lei Complementar nº 150/2015 previu a concessão do benefício ao empregado doméstico, assim considerado aquele que presta serviços de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas.

Conforme dispõe a Lei nº 7.998/1990, o objetivo do benefício é “prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa, inclusive a indireta”. Nesse sentido, destacamos que o pagamento do Seguro-Desemprego materializa uma política pública de execução contínua, de natureza essencial, indispensável e imprescindível à própria dignidade e subsistência humana possuindo ainda caráter alimentar, pois, destina-se ao sustento e sobrevivência do trabalhador beneficiado.

As informações detalhadas das projeções de trabalhadores que possam vir a receber o benefício e valores a serem pagos de Seguro Desemprego por modalidade de aplicação nos anos de 2022 a 2025 podem ser consultadas na Nota Técnica 2220/2022/MTP da Coordenação Geral de Benefícios – Processo SEI nº 10080.101763/2022-00.

Abono-Salarial

O Abono Salarial é um direito assegurado constitucionalmente e concedido aos trabalhadores que recebem, em média, até dois salários-mínimos por mês. A previsão legal para o pagamento do Abono está contida no art. 239, § 3º, da Constituição da República de 1988.

A Constituição estabeleceu que a arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social (PIS), criado pela Lei Complementar nº 07/1970, e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), criado pela Lei Complementar nº 08/1970, financiarão o programa do seguro-desemprego e o abono de que trata o § 3º do art. 239 da Constituição.

Posteriormente, a norma constitucional foi regulamentada pela lei 7.998/1990 e por resoluções deliberativas do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT. Os requisitos necessários ao acesso do abono salarial são:

- ter ao menos 5 anos de cadastro nos programas PIS ou PASEP;
- ter recebido remuneração mensal média de até dois salários-mínimos;
- ter exercido atividade remunerada para pessoa jurídica, pública ou privada, durante pelo menos 30 dias, consecutivos ou não, no ano-base considerado para a apuração;
- ter o empregador informado corretamente o vínculo do trabalhador na Relação Anual de Informações Sociais - RAIS.

Com relação aos Procedimentos Contábeis, em virtude de Administração necessitar de um prazo de no mínimo seis meses para realizar o cruzamento entre as bases de dados trabalhistas, com vistas a identificar todos os empregados que cumpriram as condições estabelecidas para obtenção do abono, para que se determine o valor líquido e certo a ser pago no encerramento do exercício não é possível auferir esse valor dentro do exercício de sua competência. E por este motivo, a Administração faz estimativas de pagamentos os quais são reconhecidos por meio de Provisão e consequentemente a despesa patrimonial. Essa provisão é constituída inicialmente em longo prazo depois é transferida para o curto prazo até quando do desembolso financeiro, quando a provisão se torna um Passivo a Pagar. Esse roteiro contábil está estabelecido na Nota Técnica nº 01/CCONT/CGOFC/SOAd/SE/MTb de 2018. Anteriormente as Projeções eram calculadas pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, e 2022 em diante pela Coordenação Geral de Gestão de Benefícios.

Com o novo calendário estabelecido pela CODEFAT em 2021 verificou-se que não haveria o desembolso financeiro previsto em 2022 e a procedimento de transferência da Provisão de Curto Prazo para o Passivo Permanente do Abono Salarial neste ano. Em 2022 a partir de julho as provisões foram transferidas para o Passivo para os pagamentos do Abono do ano base de 2021 em janeiro de 2023 conforme estabelece o art. 3º Resolução CODEFAT 896 de 23/03/2021.

Nota 7 – Provisões

As provisões a curto e longo prazo no FAT correspondem basicamente pelas provisões com o abono salarial, sentenças judiciais, recursos administrativos do seguro-desemprego conforme tabela apresentada a seguir:

Tabela 17 – Provisão de Abono Salarial, Seguro Desemprego e RPV

<i>Provisões</i>	<i>Saldo Inicial</i>	<i>(+) Apropriação</i>	<i>(-) Provisão p/Passivo</i>	<i>Total</i>
Provisão Abono Salarial	51.018.248.237	-	- 7.143.058.094	43.875.190.143
Provisão Recursos Administrativos - S.D.	2.091.507.582	-	-	2.091.507.582
Provisão Sentenças Judiciais - S.D.	2.048.143.906	-	-	2.048.143.906
Provisão Sentenças Judiciais - RPV.	49.717.955	-	- 4.527.354	45.190.601
Provisão Sentenças Judiciais - A.S.	956.084	-	-	956.084
Total	55.208.573.764	-	- 7.147.585.448	48.060.988.316
Circulante	28.855.863.498			21.708.278.050
Não Circulante	26.352.710.266			26.352.710.266

Fonte: SIAFI, 2023. Valores em reais.

Provisão Abono Salarial

a) Metodologia

O valor do abono salarial é proporcional ao tempo de serviço do trabalhador durante o ano-base. O cálculo é realizado com a multiplicação do número de meses trabalhados no ano-base por 1/12 (um doze avos) do valor do salário-mínimo vigente na data do pagamento.

O número de trabalhadores beneficiários do Abono Salarial foi estimado a partir do estoque de emprego obtido pela base de dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, referente ao ano de 2021. A taxa de crescimento do ano base, utilizada para estimar a evolução do estoque de emprego formal para os anos posteriores, foi obtida pela Grade de Parâmetros Macroeconômicos da Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia (ME), no que se refere às estimativas de crescimento do Pessoal Ocupado Com Carteira no Setor Privado. A proporção de beneficiários em relação ao estoque de emprego tem se mostrado o parâmetro mais indicado para a estimativa de beneficiários, em razão da maior estabilidade do indicador ao longo da série histórica, em comparação a outros. Utilizando essas informações, foi possível estimar a quantidade de trabalhadores informados na RAIS que possivelmente serão identificados para receber o Abono.

Em seguida, considerando os apontamentos da Coordenação de Avaliação Macrofiscal, aplicamos ao total de identificados a taxa de cobertura média do benefício para estimar o quantitativo de beneficiários previstos, pois, historicamente, há diferença no número de identificados em relação ao número de trabalhadores que efetivamente recebem o benefício. Depois de encontrado o possível quantitativo de trabalhadores beneficiários do abono salarial, passou-se à estimativa do valor a ser desembolsado.

Para o cálculo do valor foram utilizadas as variáveis: quantidade de beneficiários previstos, valor de Salário-Mínimo, disponibilizado pela Grade de Parâmetros, valor médio de parcelas em salários mínimos, que multiplicado à variável anterior apresenta o valor médio das parcelas; e, por fim, multiplicou-se o valor médio da parcela e a quantidade estimada de beneficiários para obter o resultado final.

b) Estimativa

Tabela 18 – Abono Salarial – Estimativa de Gasto

ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DE BENEFICIÁRIOS POR ANO-BASE

LINHA	ITEM	ANO-BASE RAIS				
		2020	2021	2022	2023	2024
(1)	ESTOQUE DE EMPREGO FORMAL (RAIS)	46.236.176	46.638.431	47.823.047	49.597.282	51.080.241
(2)	TAXA CRESCIMENTO ANO-BASE (GRADE DE PARÂMETROS)	0,00	0,87	2,54	3,71	2,99
(3)	% BENEFICIÁRIOS EM RELAÇÃO AO ESTOQUE FORMAL	56,70%	53,46%	53,09%	53,09%	53,09%
(4) = (1) * (3)	IDENTIFICADOS PREVISTOS	26.217.636	24.932.019	25.389.400	26.331.346	27.118.653
(5)	TAXA DE COBERTURA	94,98%	94,98%	94,98%	94,98%	94,98%
(6) = (4) * (5)	BENEFICIÁRIOS PREVISTOS	24.901.511	23.680.432	24.114.852	25.009.513	25.757.297

LINHA	ITEM	2022	2023	2024	2025
		RAIS 2020	RAIS 2021	RAIS2022	RAIS2023
(1)	BENEFICIÁRIOS PREVISTOS	24.901.511	23.680.432	24.114.852	25.009.513
(2)	SALÁRIO MÍNIMO (R\$)	1212,00	1302,00	1366,00	1408,00
(3)	VALOR MÉDIO DA PARCELA EM SALÁRIOS MÍNIMOS	0,80	0,80	0,80	0,80
(4) = (2) * (3)	VALOR MÉDIO DA PARCELA (R\$)	964,14	1.041,60	1.092,80	1.126,40
(5) = (1) * (4)	DESPESA ANUAL (R\$)	24.008.589.387,34	24.665.537.971,20	26.352.710.265,60	28.170.715.443,20

Fonte: Coordenação Geral de Benefícios, 2023. Valores em reais.

Provisão Recursos Administrativos (Seguro-Desemprego)

Trata das despesas que são originadas em razão do deferimento de recurso administrativo. Destaca-se que os dados apresentados pelo trabalhador, após a requisição do benefício, são conferidos e validados nas bases de dados governamentais para que seja possível identificar se de fato ele cumpre com os requisitos legais exigidos para habilitação ao seguro-desemprego.

A Resolução CODEFAT nº 467/2005 define em seu art. 15, §4º, que do indeferimento do pedido do seguro-desemprego caberá recurso no prazo de até 2 anos, contados a partir da data de dispensa que deu origem ao benefício. Portanto, não havendo logrado êxito em

sua solicitação, o trabalhador poderá interpor recurso administrativo que será objeto de análise de servidor público do ministério, que, ao final do processo, poderá deferir ou indeferir o pedido.

a) Metodologia

Para a projeção da quantidade de recursos e sentenças relacionadas ao seguro-desemprego, primeiramente verificamos nos exercícios anteriores a taxa de incidência dessas situações em relação ao número total de benefícios, conforme imagem a seguir.

Tabela 19 – Recursos administrativos por beneficiário do Seguro Desemprego

Executado exercícios anteriores			
Exercício	Requerimentos	Recursos	%
2018	6.580.595	245.293	3,73%
2019	6.655.944	352.143	5,29%
2020	6.784.124	341.807	5,04%
2021	6.088.768	184.953	3,04%
2022	6.689.483	143.554	2,15%

Fonte: Coordenação Geral de Gestão de Benefícios, 2023. Valores em reais.

Tabela 20 – Recursos administrativos para 2023

Projetado Recursos Administrativos						
Exercício	Requerimentos Projetados*	Taxa de recursos	Recursos projetados	Valor médio da parcela	Quantidade média de parcelas	Valor projetado para o exercício
-	a	b	c=a*b	d	e	f=c*d*e
2023	7.407.646	3,85%	285.047	1.734,61	4,23	2.091.507.582,03

Fonte: Coordenação Geral de Gestão de Benefícios, 2023. Valores em reais.

A partir dessas informações aplicando a taxa média encontrada na quantidade de requerimentos estimados para 2023, obtemos a estimativa de recursos administrativos para registro da provisão em 2022. Para o primeiro caso, estima-se que teremos 285.074 recursos administrativos.

Provisão Sentenças Judiciais (Seguro-Desemprego e Abono Salarial)

Em relação aos casos de sentenças judiciais, cabe destacar que elas podem ser divididas em dois grupos: o primeiro grupo é formado por sentenças da Justiça do Trabalho. Nesse caso, o trabalhador reclama perante o juiz o pagamento de verbas trabalhistas em face do empregador. Essa ação, por vezes, leva mais de um ano. Ao fim do processo o juiz poderá dar ganho de causa ao trabalhador e reconhecer o vínculo de emprego com a empresa processada. Depois disso, o trabalhador procura o Ministério para dar entrada em seu benefício. Nesse caso, o sistema do seguro-desemprego consegue, por campos específicos, separar e contabilizar esses requerimentos, sendo que os dados podem ser extraídos da Base de Gestão.

O segundo grupo é formado por sentenças da Justiça Federal. Nesse caso, o requerente já deu entrada em seu benefício, por vezes, cadastrou recurso administrativo, mas teve o pedido indeferido em ambos os casos. Assim, ele recorre ao juiz federal em ação contra a União, pleiteando a liberação do seguro-desemprego. Nessas situações, a ação é defendida em juízo pela Advocacia-Geral da União - AGU. Os advogados da União, caso necessitem de subsídios para realizar a defesa em juízo pode solicitar informações para o Ministério da Economia em Brasília ou para uma das Superintendências Regionais do Trabalho nos estados.

Caso a sentença seja favorável ao requerente e condene a União ao pagamento do benefício, a liberação dos valores pode ocorrer diretamente pela justiça com o uso de Requisição de Pequeno Valor - RPV ou pelo Ministério que cadastra e defere recurso administrativo ou caso o recurso já tenha sido cadastrado, somente defere-se o recurso.

a) Metodologia

Seguro-Desemprego

Para a projeção da quantidade de sentenças relacionadas ao seguro-desemprego, primeiramente verificamos nos exercícios anteriores a taxa de incidência dessas situações em relação ao número total de benefícios, conforme imagem a seguir.

Tabela 21 – Sentenças judiciais por benefício do Seguro Desemprego

Executado exercícios anteriores			
Exercício	Requerimentos	Sentenças	%
2018	6.580.595	353.753	5,38%
2019	6.655.944	306.506	4,60%
2020	6.784.124	169.479	2,50%
2021	6.088.768	262.526	4,31%
2022	6.689.483	137.179	2,05%

Fonte: Coordenação Geral de Gestão de Benefícios, 2023. Valores em reais.

Com base nessas informações, foi possível verificar que em relação a sentenças judiciais, em média, representam 3,77% dos requerimentos.

Tabela 22 – Sentenças judiciais projetadas para o Seguro Desemprego em 2023

Projetado Sentenças Judiciais						
Exercício	Requerimentos Projetados*	Taxa de sentenças judiciais	Sentenças projetadas	Valor médio da parcela	Quantidade média de parcelas	Valor projetado para o exercício
-	a	b	c=a*b	d	e	f=c*d*e
2023	7.407.646	3,77%	279.138	1.734,61	4,23	2.048.143.905,98

Fonte: Coordenação Geral de Gestão de Benefícios, 2023. Valores em reais.

Após encontrar a quantidade projetada de recursos e sentenças, multiplica-se esse dado pelo valor médio da parcela, informação que sofre impacto direto do salário-mínimo. O valor médio apresentado de R\$ 1.734,61 já considera o salário-mínimo de R\$ 1.320,00. Depois, multiplica-se novamente pela quantidade média de parcelas que cada um dos recursos ou sentenças terá direito. Atualmente, cada trabalhador recebe em média 4,23 parcelas do benefício.

Com isso, conforme demonstra as tabelas anteriores, estima-se que em 2023 o valor de recursos administrativos pagos no seguro-desemprego será de R\$ 2.091.507.582,03, enquanto o valor de sentenças judiciais será de 2.048.143.905,98.

Abono-Salarial

Para a projeção da quantidade de sentenças relacionadas ao abono salarial, primeiramente verificamos nos exercícios anteriores a taxa de incidência dessas situações em relação ao número total de benefícios, conforme imagem a seguir.

Tabela 23 – Sentenças judiciais por número de beneficiários do Abono Salarial

Executado exercícios anteriores			
Exercício	Requerimentos	Sentenças	%
2018	16.546.875	722	0,0044%
2019	18.645.847	1146	0,0061%
2020	19.978.627	420	0,0021%
2021	9.758.595	605	0,0062%
2022	24.434.721	386	0,0016%

Fonte: Coordenação Geral de Gestão de Benefícios, 2023. Valores em reais.

Com base nessas informações, foi possível verificar que em relação a sentenças, em média, correspondem a 0,0041% dos requerimentos.

Com isso, aplicando a taxa média encontrada na quantidade de requerimentos estimados para 2023, obtemos a estimativa de recursos e sentenças nesse exercício. Estima-se que teremos 966 sentenças.

Tabela 24 – Sentenças judiciais projetadas para o Abono Salarial em 2023

Exercício	Projetado					
	Requerimentos Projetados	Taxa de sentenças judiciais	Sentenças projetadas	Valor médio da parcela	Quantidade média de parcelas	Valor projetado para o exercício
-	a	b	c=a*b	d	e	f=c*d*e
2023	23.680.432	0,0041%	966	990,00	1	956.084,18

Fonte: Coordenação Geral de Gestão de Benefícios, 2023. Valores em reais.

Após encontrar a quantidade projetada de sentenças, multiplica-se esse dado pelo valor médio da parcela, informação que sofre impacto direto do salário-mínimo. O valor médio apresentado de R\$ 990,00 já considera o salário-mínimo de R\$ 1.320,00. Depois, multiplica-se novamente pela quantidade média de parcelas que cada uma das sentenças terá direito.

Com isso, conforme demonstra as tabelas anteriores, estima-se que em 2023 o valor de sentenças pagas no abono salarial será de R\$ 956.084,18.

Nota 8 – Ajustes de Exercícios Anteriores

Tabela 25 – Ajustes de exercícios anteriores

<i>Ajustes de Exercícios Anteriores</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/12/2022</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Ajustes de Exercícios Anteriores	8.649	- 4.098.786.805	-100%	100%
Total	8.649	- 4.098.786.805	-100%	100%

Fonte: SIAFI, 2023. Valores em reais.

Conforme dispõe o Manual SIAFI 021141 – Ajustes de Exercícios Anteriores:

“Os ajustes de exercícios anteriores ocorrem pelo reconhecimento decorrente de efeitos da mudança de política contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes [...].

Erros de períodos anteriores são omissões e incorreções nas demonstrações contábeis da entidade de um ou mais períodos anteriores decorrentes da falta de uso, ou uso incorreto, de informação confiável que:

(a) estava disponível quando da autorização para a publicação das demonstrações contábeis desses períodos; e

(b) pudesse ter sido obtida com relativa facilidade e levada em consideração na elaboração e na apresentação dessas demonstrações contábeis.

Tais erros incluem os efeitos de erros matemáticos, erros na aplicação de políticas contábeis, omissões, descuidos ou interpretações incorretas de fatos e fraudes [...].

O ajuste de exercícios anteriores deve ser evidenciado em notas explicativas.”

A variação observada de ajustes em 2023 decorre do cancelamento de obrigações canceladas neste primeiro trimestre.

CONTAS DE CONTROLE

Tabela 26 – Contas de Controle

<i>Controle</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/12/2022</i>
Execução dos Atos Potenciais		
Atos Potenciais Passivos		
Convênios e Instrumentos Congêneres	1.648.335.666	1.634.445.175
Contratos em Execução	20.374.092	20.390.858
Ativos e Passivos Contingentes		
Ativos Contingentes		
Créditos Tributários	-	-
Diversos Responsáveis	694.120.046	694.173.060
Responsabilidade por Valores, Títulos e Bens		
Bens em Poder de Terceiros	131.564.075	131.564.075
Benefícios Previdenciários	576.218.465.670	556.732.057.140
Diversos Responsáveis	600.923.109	578.656.651
Demais Controles		
Crédito Tributário com Exigibilidade Suspensa	91.653.030.380	91.105.872.281
Créditos Tributários	117.255.361.499	64.534.793.588

Fonte: SIAFI, 2023. Valores em reais (em bilhões).

Nota 9.1 - Convênios e Instrumentos Congêneres

Convênios, Contratos de Repasse, Temos de Parceria e Termos de Execução Descentralizadas são acordos feitos entre a União e entidades governamentais dos demais entes da Federação, ou organizações não governamentais para transferência de recursos financeiros a serem utilizados na execução de um objetivo comum.

Os direitos conveniados e outros instrumentos congêneres em situação de a repassar, a comprovar e a aprovar que se encontram com data de vigência vencidos compõe o estoque de prestação de contas do FAT e atualmente, a gestão do Departamento de Prestação de Contas (DPC) tem priorizado a redução deste passivo.

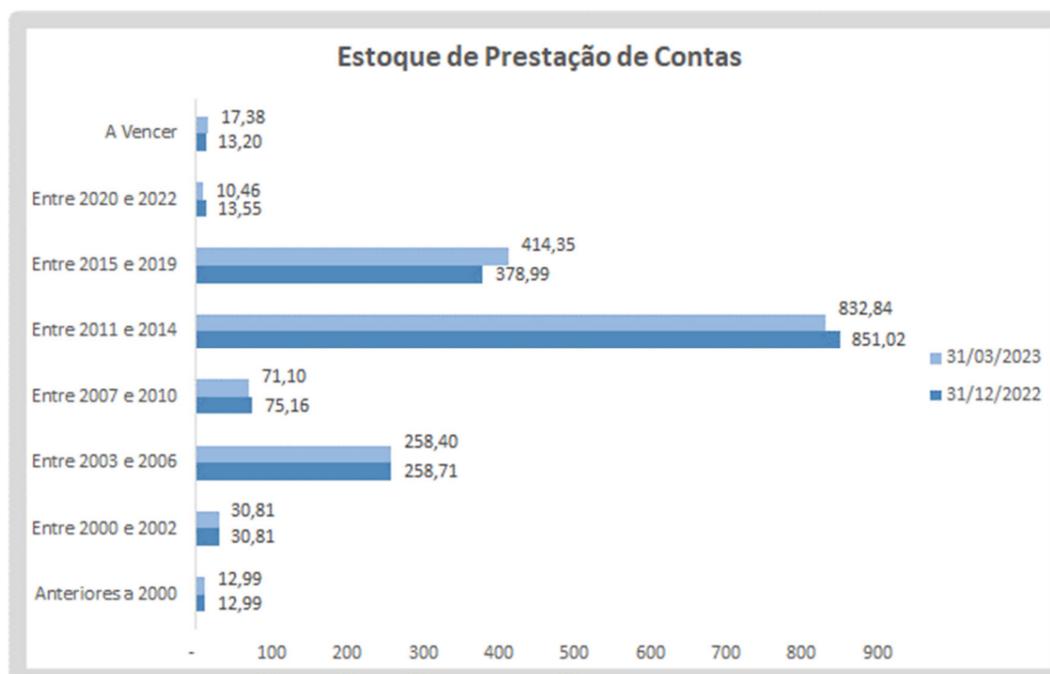
Tabela 27 – Estoque de prestação de contas do FAT

<i>Estoque de Prestação de Contas</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/12/2022</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Anteriores a 2000	12.991.095	12.991.095	0%	1%
Entre 2000 e 2002	30.813.568	30.813.568	0%	2%
Entre 2003 e 2006	258.402.500	258.713.499	0%	16%
Entre 2007 e 2010	71.101.611	75.163.975	-5%	4%
Entre 2011 e 2014	832.838.713	851.023.652	-2%	51%
Entre 2015 e 2019	414.353.771	378.993.155	9%	25%
Entre 2020 e 2022	10.455.929	13.546.929	-23%	1%
A Vencer	17.378.480	13.199.302	32%	1%
Total	1.648.335.666	1.634.445.175	1%	100%

Fonte: SIAFI, 2023. Valores em reais (em bilhões).

No primeiro trimestre de 2023 verificamos um decréscimo de 13,8 milhões desse passivo, o maior percentual de baixa foi para os instrumentos com vigência vencida entre 2020 e 2022, o que representa 23% de redução em relação a 31/12/2022.

Figura 14 – Estoque de prestação de contas



Fonte: Coordenação Geral de Contabilidade e Custos, SICONV, SIAFI, 2023. Valores em reais (em milhões)

Pelos dados acima verificamos uma redução de 52,48 milhões deste estoque de prestação de contas, na maior parte para os instrumentos com vigência encerrada entre 2011 e 2014.

Nota 9.2 – Créditos Tributários

Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN

Tabela 28 – Créditos tributários junto a PGFN

<i>Créditos Tributários</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/12/2022</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>	<i>Total</i>
Classe "C"	13.375.771.985	12.861.313.042	4%	11%	
Classe "D"	103.879.589.514	51.673.480.546	101%	89%	
Total	117.255.361.499	64.534.793.588	82%	100%	

Fonte: PGFN, 2023.

O MCASP, item 5.2.3, estabelece que " caso o ente tenha condições de estimar com razoável certeza o montante de créditos inscritos em dívida ativa com expectativa de recebimento em até 12 meses da data das demonstrações contábeis, esta parcela poderá ser reclassificada para o ativo circulante, sendo o caso, por exemplos, dos acordos de parcelamento".

Sendo assim, a Seccional Contábil da PGFN realiza a reclassificação dos créditos inscritos em Dívida Ativa da União que estejam parcelados e atendam à definição de Ativo Circulante.

A metodologia para determinar quais créditos serão reclassificados para o Ativo Circulante considera a média de recuperação da DAU parcelada dos últimos quatro exercícios. Para maiores detalhes sobre esse item vide nota 2.2.1, letras “c” e “d”.

Nota 9.3 – Benefícios Previdenciários

Os referidos saldos nestas contas de controle referem-se aos valores a serem baixados, quando da aprovação da prestação de contas da CAIXA e BB, relativos aos valores já transferidos àquelas instituições para pagamento dos benefícios do seguro-desemprego e abono salarial.

Tabela 29 – Benefícios previdenciários

<i>Benefícios Previdenciários</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/12/2022</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Caixa Econômica Federal	563.884.988.091	544.978.801.492	3%	98%
Banco do Brasil	12.333.477.579	11.753.255.648	5%	2%
Total	576.218.465.670	556.732.057.140	4%	98%

Fonte: SIAFI, 2023. Valores em reais.

Nota 9.4 – Diversos Responsáveis

Esse grupo de contas registra as responsabilidades apuradas decorrentes de atos praticados por gestores, servidores ou terceiros que possam resultar em prejuízos para a fazenda nacional. Representa os valores cujo processo de tomada de contas especial foi encerrado, porém não apreciados e julgados pelo TCU.

Tabela 30 – Diversos responsáveis

<i>Diversos Responsáveis</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/12/2022</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Falta ou Irregularidade de Comprovação	598.721.397	576.454.938	4%	100%
Falta de Recolhimento de Obrigação Pecuniária	1.972.769	1.972.769	0%	0%
Débitos de Terceiros em Prestação de Serviços	197.032	197.032	0%	0%
Pagamentos Indevidos	25.284	25.284	0%	0%
Responsáveis por Danos ou Perdas	6.628	6.628	0%	0%
Total	600.923.109	578.656.651	4%	100%

Fonte: SIAFI, 2023. Valores em reais.

Nota 9.5 – Crédito Tributário com Exigibilidade Suspensa

Os créditos com exigibilidade suspensa, quer em decorrência de processo administrativo, quer por decisão judicial, não atendem aos critérios de reconhecimento de ativo, pois não há garantias de fruição de benefícios econômicos futuros. Por estas razões são contabilizados em contas de controle.

Em atendimento ao item “1.6.2.1.” do Acórdão Nº 1462/2020 - TCU – Plenário, que recomenda a revisão da contabilização da parcela dos créditos tributários a receber relacionados às contribuições previdenciárias não reconhecidas como ativo, informa-se que os créditos tributários com Exigibilidade Suspensa relativos a essas contribuições passaram a ser registrados, a partir do mês de junho de 2020, em contas de controle no Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Tabela 31 – Créditos com exigibilidade suspensa

FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR – FAT
Relatório das Demonstrações Contábeis 1º Trimestre de 2023

<i>Crédito Tributário com Exigibilidade Suspensa</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/12/2022</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Contribuição PIS/PASEP - Não Optantes p/Simples Nacional - principal	38.903.169.731	39.070.717.288	0%	42%
Contribuição PIS/PASEP - Não Optantes p/Simples Nacional - multas	18.936.235.969	18.804.158.852	1%	21%
Contribuição PIS/PASEP - Não Optantes p/Simples Nacional - juros	33.713.737.276	33.112.256.294	2%	37%
Contribuição PIS/PASEP - Optantes p/Simples Nacional - principal	19.785.373	21.983.995	-10%	0%
Contribuição PIS/PASEP - Optantes p/Simples Nacional - multas	28.102.521	33.988.222	-17%	0%
Contribuição PIS/PASEP - Optantes p/Simples Nacional - juros	51.999.511	62.767.629	-17%	0%
Total	91.653.030.380	91.105.872.281	1%	100%

Fonte: SIAFI, 2023. Valores em reais.

De acordo com a tabela acima os créditos apurados pelo somatório das contribuições do PIS/PASEP não optantes pelo simples nacional - principal têm a maior representatividade de valores. Esses créditos tributários são registrados pela Coordenação Geral de Programação e Logística (COPOL), unidade gestora 170010 com base nos dados oferecidos pela Coordenação Geral de Administração Tributária da Receita Federal do Brasil.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Nota 10 - Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). O resultado patrimonial apurado até março de 2023 foi **superavitário** conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 32 – Resultado patrimonial

<i>Resultado Patrimonial do Período</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/03/2022</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Variação Patrimonial Aumentativa	93.408.771.771	88.175.057.519	6%	525%
Variação Patrimonial Diminutiva	- 75.620.174.568	- 74.295.692.828	2%	-425%
Total	17.788.597.203	13.879.364.691	28%	100%

Fonte: SIAFI, 2023. Valores em reais.

Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA

As variações patrimoniais aumentativas - VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para o FAT e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

a) Contribuições

Registra a VPA decorrente de contribuições para os programas de integração social e de formação do patrimônio do servidor público – PIS/PASEP. Incide sobre a receita operacional bruta de empresas públicas e privadas, sobre a folha de pagamento das entidades sem fins lucrativos e sobre a receita corrente líquida de transferências da União, Estados, Municípios, DF e Autarquias. Destina-se ao FAT para o custeio do programa de seguro-desemprego e concessão de abonos salariais.

Tabela 33 – Contribuições arrecadadas

<i>Contribuições</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/03/2022</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Contribuições para o PIS/PASEP	19.544.041.108	20.404.192.714	-4%	100%
Outras Contribuições Sociais	2.891.086	593.540	387%	0%
Total	19.546.932.194	20.404.786.255	-4%	100%

Fonte: SIAFI, 2023. Valores em reais.

Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD

As variações patrimoniais diminutivas - VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços para o FAT, implicando saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

a) Benefícios Previdenciários e Assistenciais

O Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT foi instituído pela Lei nº 7.998/1990 e é destinado ao custeio do programa de seguro-desemprego, ao pagamento do abono salarial e ao financiamento de programas de educação profissional e tecnológica e de desenvolvimento econômico (art. 10). Justifica-se a não existência de VPD com abono salarial em 2023 devido a execução completa de todos os valores como “Despesas de Exercícios Anteriores”, uma vez que as parcelas do abono foram pagas referente a competência de 2021. Uma vez que a contabilidade registra as variações patrimoniais diminutivas por competência, não houve mudança no resultado do exercício de 2023.

Tabela 34 – Benefícios previdenciários e assistenciais

<i>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/03/2022</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Seguro-Desemprego	13.523.155.349	10.740.185.393	26%	100%
Abono Salarial	-	-	0%	0%
Total	13.523.155.349	10.740.185.393	26%	100%

Fonte: SIAFI, 2023. Valores em reais.

b) Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Compreende a VPD originada com a desvalorização e perdas de Ativos, nos casos de reavaliação, redução ao valor recuperável, provisões para perdas, perdas involuntárias e incorporação de passivo.

Tabela 35 – Desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos

<i>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/03/2022</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Reavaliação, Red. a Valore Recuperável e Ajuste p/ Perdas	1.804.584.399	933.739.442	93%	100%
Desincorporação de Ativos	127.414	387.721	-67%	0%
Total	1.804.711.812	934.127.163	93%	100%

Fonte: SIAFI, 2023. Valores em reais.

A variação positiva se deu pela reavaliação decorre de um montante a maior registrado de ajuste para perdas em créditos tributários e de dívida ativa tributária, conforme metodologia apresentada na Nota 2.2.1.

Desempenho Financeiro

FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR – FAT
Relatório das Demonstrações Contábeis 1º Trimestre de 2023

A tabela abaixo compara o Resultado Financeiro (confronto entre as VPA financeiras e VPD financeiras), com o mesmo período do exercício anterior.

Tabela 36 – Desempenho financeiro

<i>Desempenho Financeiro</i>	<i>Detalhamento</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/03/2022</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Variação Patrimonial Aumentativa Financeira	Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	6.178.397.632	3.243.308.333	90%	-532%
	Juros e Encargos de Mora	838.635.450	1.119.477.762	-25%	-72%
	Variações Monetárias e Cambiais	2.725.692.795	1.244.684.398	119%	-235%
	Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	1.946.900.426	1.272.736.136	53%	-168%
	Subtotal	11.689.626.304	6.880.206.628	70%	-1007%
Variação Patrimonial Diminutiva Financeira	Juros e Encargos de Mora	-	5.617	100%	0%
	Variações Monetárias e Cambiais	- 1.161.386.487	- 2.309.000.214	-50%	100%
	Outras VPD - Financeiras	-	-	0%	0%
	Subtotal	- 1.161.386.487	- 2.309.005.831	-50%	100%
Total		10.528.239.817	4.571.200.797	130%	-907%

Fonte: SIAFI, 2023. Valores em reais.

Em síntese a variação observada no resultado do desempenho financeiro é derivado da apropriação de remuneração de depósitos especiais e aplicações financeiras no fundo extramercado, juros provisionados referente aos empréstimos concedidos ao BNDES de no mínimo 28% da arrecadação da contribuição do PIS/PASEP e de capitalização da diferença entre a TLP e o limite de 6% ao ano (art. 4, Lei N. 9.365/1996), referente aos empréstimos concedidos ao BNDES. O resultado financeiro aqui demonstrado representa o desempenho das atividades que não estão relacionadas às atividades fim do FAT.

Desempenho Não Financeiro

Na tabela abaixo, é apresentado o resultado da DVP, expurgando-se os efeitos da VPA financeira e VPD financeira.

Tabela 37 – Desempenho financeiro

<i>Desempenho Não Financeiro</i>	<i>Detalhamento</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/03/2022</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Aumentativa	Contribuições	19.546.932.194	20.404.786.255	-4%	269%
	Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	4.691.586	509.646	821%	0%
	Exploração de Bens e Serviços	-	12	-100%	0%
	Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	6.247.790.662	558.220.044	1019%	86%
		25.799.414.442	20.963.515.956	23%	355%
Diminutiva	Benefícios Previdenciários e Assistenciais	13.523.155.349	10.740.185.393	26%	186%
	Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital	486.270	1.048.276	-54%	0%
	Transferências e Delegações Líquidas	96.412.906	20.606.259	-568%	1%
	Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.804.711.812	934.127.163	93%	25%
	Tributárias	13.038	90.336	-86%	0%
	Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	3.114.277.681	507.153	613971%	43%
		18.539.057.056	11.655.352.063	59%	255%
<i>Total</i>		7.260.357.386	9.308.163.894	-22%	611%

Fonte: SIAFI, 2023. Valores em reais.

Em síntese, o desempenho não-financeiro corresponde a manutenção do resultado superavitário de 2022. Destaca-se neste trimestre o crescimento de Outras Variações Patrimoniais Aumentativas decorrente de lançamentos de dívida ativa tributária, além dos crescimentos de despesas com benefícios e do subgrupo Outras Variações Patrimoniais Diminutivas referente a reversões no montante registrado da dívida ativa.

Nota 10.1 - Demonstração das Variações Patrimoniais - Ajustada

Visando qualificar as informações constantes na Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP foi evidenciado, no demonstrativo a seguir, a exclusão dos valores oriundos de transações realizadas intragrupo. Esses valores, por representarem transações financeiras ocorridas entre unidades gestoras do próprio FAT, não alteram o Patrimônio Líquido do fundo.

Tabela 38 – Desempenho financeiro

<i>Variação Patrimonial</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/03/2022</i>
<i>Aumentativa</i>		
Contribuições	19.546.932.194	20.404.786.255
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	11.689.626.304	6.880.206.628
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	4.691.586	509.646
Exploração de Bens e Serviços	-	12
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	6.247.790.662	558.220.044
	37.489.040.746	27.843.722.585
<i>Diminutiva</i>		
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	13.523.155.349	10.740.185.393
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital	486.270	1.048.276
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.161.386.487	2.309.005.831
Transferências e Delegações Líquidas	96.412.906	20.606.259
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.804.711.812	934.127.163
Tributárias	13.038	90.336
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	3.114.277.681	507.153
	19.700.443.543	13.964.357.893
Total	17.788.597.203	13.879.364.691

Fonte: SIAFI, 2023. Valores em reais.

As exclusões efetuadas na DVP do FAT referem-se aos saldos originalmente registrados nos grupos “Transferências e Delegações Recebidas” e “Transferências e Delegações Concedidas”.

Tabela 39 – Transferências e Delegações

<i>Transferências e Delegações</i>	<i>Detalhamento</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/03/2022</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Transferências e Delegações Recebidas	Sub-Repasse Recebido	22.460.705.388	29.475.666.809	-24%	40%
	Repasse Recebido	15.215.170.153	20.749.616.463	-27%	27%
	Movimentações de VPA	6.590.233.774	8.336.720.018	-21%	12%
	Transferências Recebidas para Pgto de RP	9.137.073.804	462.044.804	1878%	16%
	Movimentações de Saldos Patrimoniais	2.515.845.983	1.307.276.028	92%	4%
	Doações/Transferências Recebidas	231.385	3.443	6621%	0%
	Demais Transferências	448.502	7.370	5986%	0%
	Subtotal	55.919.708.988	60.331.334.934	-7%	
Transferências e Delegações Concedidas	Sub-Repasse Concedido	- 22.460.705.388	- 29.475.666.809	-24%	40%
	Movimentações de Saldos Patrimoniais	- 22.342.025.866	- 22.216.866.434	1%	40%
	Movimentações de VPD	- 6.590.233.774	- 8.336.720.018	-21%	12%
	Transferências Concedidas para Pgto de RP	- 4.602.789.359	- 261.860.877	1658%	8%
	Repasse Concedido	- 14.853.396	- 10.867.713	37%	0%
	Transferências Fundo a Fundo	- 3.706.237	- 109.018	3300%	0%
	Transferências Voluntárias	- -	- 3.000.000	100%	0%
	Doações/Transferências Concedidas	- 5.430	- 474.299	-99%	0%
	Demais Transferências	- 1.802.444	- 5.163.507	-65%	0%
Subtotal	- 56.016.121.894	- 60.310.728.675	-7%		
Total	- 96.412.906	20.606.259	-568%		

Fonte: SIAFI, 2023. Valores em reais.

Os valores das Transferências e Delegações estão relacionados majoritariamente as movimentações financeiras efetuadas entre as unidades gestoras do FAT. Essa rubrica está segregada da seguinte forma:

Transferências e Delegações Recebidas

- I. Sub-repasse Recebido: Registra o valor dos sub-repasses recebidos no exercício, decorrentes de transferências entre UG's do mesmo órgão, correspondente ao orçamento anual.
- II. Repasse Recebido: Registra o valor dos recursos recebidos decorrentes de transferências financeiras entre órgãos da administração direta e indireta, correspondentes ao orçamento anual.
- III. Movimentações de Variação Patrimonial Aumentativa: Registra o somatório dos saldos devedores transferidos entre unidades gestoras, devido a fusão, cisão de órgão ou unidade gestora, agregados em patrimoniais e financeiros.
- IV. Transferências Recebidas para Pagamento de RP: Registra os valores recebidos para o pagamento de Restos a Pagar.

Transferências e Delegações Concedidas

- I. Sub-repasse Concedido: Registra a variação patrimonial diminutiva relativa ao valor total dos sub-repasses concedidos por transferências financeiras entre UG de um mesmo órgão.
- II. Movimentações de Saldos Patrimoniais: Registra os bens e valores concedidos decorrentes de transferências para outra UG.
- III. Movimentações de Variação Patrimonial Diminutiva: VPD decorrentes da desincorporação de ativo e incorporação de passivo.
- IV. Transferências Concedidas para Pagamento de RP: Registra os valores das ordens de transferências concedidas para o pagamento de RP.

Cabe destacar que as Demonstrações Contábeis extraídas do SIAFI não dispõem de parametrização para identificar e excluir, de forma sistematizada, as transações realizadas entre unidades no âmbito do FAT. Da forma como a DVP é originalmente extraída, as informações produzidas não refletem de modo adequado a realidade, podendo distorcer o entendimento quanto às referidas transações do fundo.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Nota 11 – Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário é originado a partir do confronto entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

Tabela 40 – Resultado Orçamentário do período

<i>Resultado Orçamentário</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/03/2022</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Orçamento Corrente	11.153.693.447	2.155.406.428	-617%	162%
Orçamento de Capital	- 4.255.250.009	- 5.315.851.605	-20%	-62%
Total	6.898.443.438	7.471.258.033	-192%	100%

Fonte: SIAFI, 2023. Valores em reais.

Para fins de detalhamento do Resultado Orçamentário, o balanço, apresentado a seguir, realiza a comparação dos valores orçados com os valores realizados, em milhares, decorrentes da execução do orçamento do FAT.

Tabela 41 – Resultado orçamentário detalhado

<i>Balanço Orçamentário</i>	<i>Dotação Atualizada</i>		<i>Realizado até Março</i>	
	<i>2022</i>	<i>2023</i>	<i>2022</i>	<i>2023</i>
Receitas Correntes	125.138.716	57.290.283	30.408.299	28.575.558
Contribuições Sociais	85.180.568	22.097.278	20.653.124	19.538.790
Valores Mobiliários	2.518.668	328.523	1.272.736	1.946.900
Serviços e Atividades Financeiras	37.188.070	34.794.894	8.336.502	6.590.234
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	36.375	61.021	3.366	3.496
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	214.885	8.273	142.402	496.084
Demais Receitas Correntes	149	296	169	54
Despesas Correntes	- 66.096.271	- 70.888.023	- 32.563.705	- 17.421.864
Seguro Desemprego	- 43.020.872	- 45.250.902	- 9.961.394	- 10.278.759
Abono Salarial	- 22.601.649	- 25.006.994	- 22.601.649	- 7.143.058
Gestão do SINE	- 25.459	- 119.891	-	-
Estudos, Pesquisas e Geração de Informações sobre Trabalho	- 2.243	- 25.118	-	-
Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores	- 23.481	- 136.007	-	-
Apoio Operacional ao Pqto Seguro-Desemprego e Abono Salarial	- 130	- 130	-	-
Identificação da População por meio da Carteira de Trabalho	- 970	- 300	-	-
Fomento a Inclusão Produtiva	- 3.904	- 8.567	-	-
Gestão do FAT	- 550	- 500	-	-
Classificação Brasileira de Ocupações	- 2.400	- 2.417	-	-
Cadastros Públicos e Sistemas de Integração das Ações do Trabalho	- 112.987	- 185.975	-	-
Precatórios	- 1	-	-	-
RPV	- 200.000	- 49.718	-	-
Funcionamento das Unidades Descentralizadas	- 101.626	- 101.504	- 663	- 48
Orçamento Corrente	59.042.444	13.597.740	2.155.406	11.153.693
Despesas de Capital	- 23.852.968	- 22.098.401	- 5.315.852	- 4.255.250
Gestão do FAT	- 200	-	-	-
Funcionamento das Unidades Descentralizadas	- 690	- 2.259	-	-
Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores	-	- 652	-	-
Cadastros Públicos e Sistemas de Integração das Ações do Trabalho	- 4.951	- 4.797	-	-
Financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico	- 23.847.127	- 22.090.693	- 5.315.852	- 4.255.250
Orçamento de Capital	- 23.852.968	- 22.098.401	- 5.315.852	- 4.255.250
Resultado Orçamentário	35.189.476	35.696.140	7.471.258	6.898.443

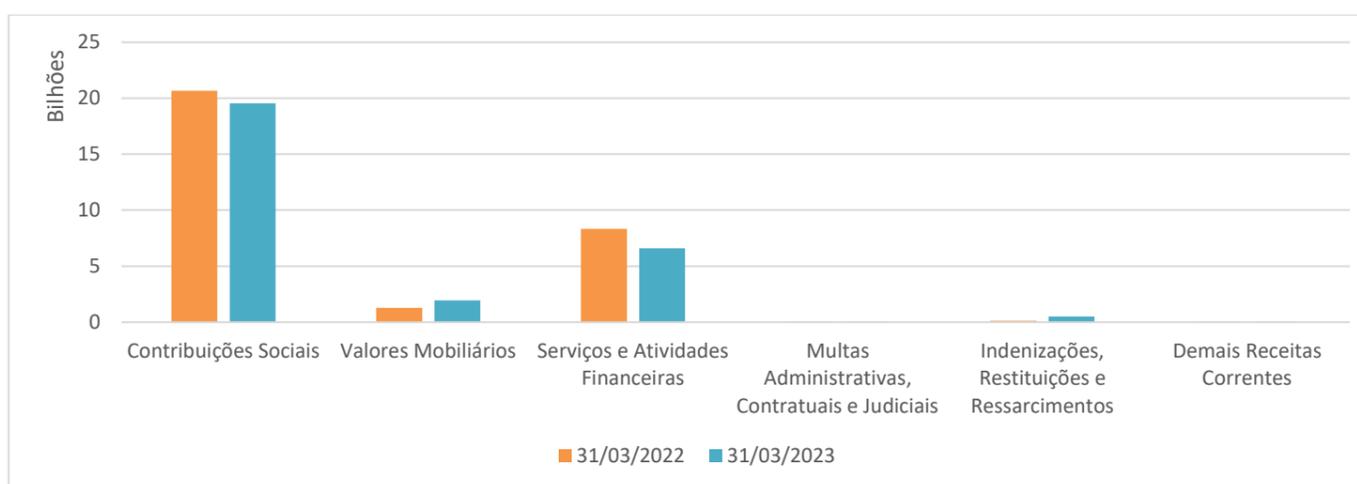
Fonte: SIAFI, 2023. Valores em milhares de reais.

Receitas

De acordo com o artigo 11 da Lei nº 7.988/1990, constituem recursos do FAT o produto da arrecadação das contribuições devidas ao PIS e ao PASEP e outros recursos que lhe sejam destinados.

Do desempenho da Receita Orçamentária verifica-se que da receita prevista já foram arrecadadas até o primeiro trimestre de 2023 o valor de R\$ 28,57 bilhões, ou 49% do total orçado para o exercício financeiro, ante R\$ 30,4 bilhões arrecadados no mesmo período do ano anterior. Cabe destacar que dentre as receitas orçamentárias de Contribuições Sociais, a receita da Contribuição PIS/PASEP é a principal fonte de recursos do FAT. Como segunda maior fonte de ingressos orçamentários tem-se os Serviços e Atividades Financeiras, que são recursos decorrentes do pagamento efetuados pelo BNDES ao FAT, relativo aos juros sobre os empréstimos concedidos FAT-Constitucional, conforme art. 239 CF, e que apresentou decréscimo em relação ao primeiro trimestre de 2022.

Figura 15 – Receitas Realizadas do FAT



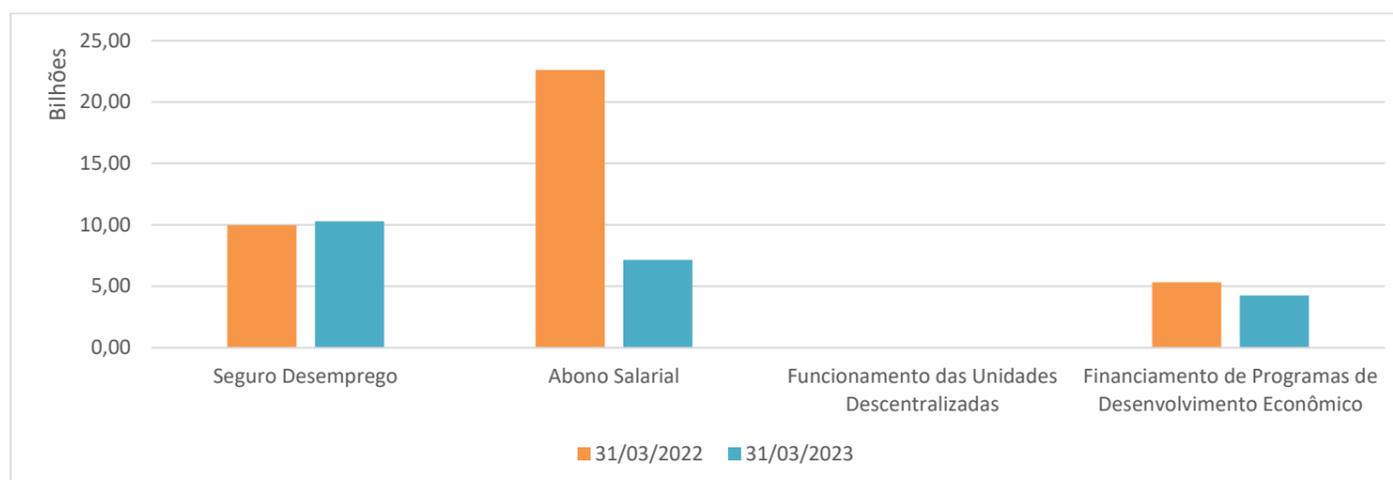
Fonte: SIAFI, 2023. Valores em bilhões de reais.

Em relação às receitas orçamentárias correntes de Valores Mobiliários cujo montante apurado no primeiro trimestre de 2023 foi de R\$ 1,95 bilhões, se referem ao acumulado das receitas proveniente de aplicações no Fundo Extramercado e aos recolhimentos das remunerações dos valores disponíveis nas contas suprimento/saldos não desembolsados para pagamento do Seguro-Desemprego e Abono Salarial - PIS, na CAIXA e do PASEP, no Banco do Brasil S/A.

Despesas

Com base na LOA 2023, Lei nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023, foram disponibilizados créditos orçamentários em 2023 na ordem de R\$ 93 bilhões, distribuídas entre: Despesas Corrente, o montante de R\$ 70,9 bilhões e Despesas de Capital, R\$ 22,1 bilhões, com a finalidade de atender na sua grande maioria despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador, vinculadas aos Programas do Seguro-Desemprego (Resolução CODEFAT nº 817, de 28 de agosto de 2018, e Lei nº 7.998/90 e suas alterações), Abono Salarial (benefício previsto no art. 239, § 3º, da Constituição da República de 1988 e Resolução CODEFAT nº 857, de 01/04/2020 e 895, de 04/02/2021) e financiamento de programas de desenvolvimento econômico, a cargo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, (§ 1º do art. 239 da Constituição Federal de 1988 e Emenda constitucional nº 103, de 2019).

Figura 16 – Despesas empenhadas do FAT



Fonte: SIAFI, 2023. Valores em bilhões de reais.

Verifica-se que em 2023, dos recursos orçamentários disponibilizados no orçamento para o Programa do Seguro-Desemprego, Ação 00H4, na ordem de R\$ 45,25 bilhões, foi empenhado o montante de 10,28 bilhões. Quando comparado com o mesmo período de 2022 verifica-se que o valor executado foi ligeiramente superior. Em 2022, destaca-se que em média fora empenhado o percentual de 70% da dotação disponível para custeio dos benefícios do Seguro-Desemprego, em virtude da recomendação da Controladoria-Geral da União – CGU, com base no Relatório nº 817228 de Auditoria Anual de Contas do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, ano 2019, que recomendou que os desembolsos no âmbito do Seguro-desemprego devem ser realizados com base no fato gerador da despesa, conforme Processo SEI nº 19965.100399/2021-91, passando a se constituir passivos dos valores a serem transferidos à CAIXA, sendo que a baixa dos valores inscritos ocorre mediante os empenhos emitidos no ato da transferência, registrados nos valores exatos a serem transferidos constantes nas solicitações de pagamentos apuradas pela Coordenação-Geral de Gestão de Benefícios – CGGB/SPPT/ME.

Quanto ao Abono Salarial, Ação 0581, cujo benefício está previsto no art. 239, § 3º, da Constituição da República de 1988, na Lei 7.998/1990 e na Resolução CODEFAT nº 838/2019, verifica-se que no primeiro trimestre de 2023, dos recursos orçamentários fixados em R\$ 25 bilhões, foram realizados R\$ 7,14 bilhões, um percentual 68% menor que o mesmo período de 2022. O expressivo montante de execução com as despesas destinadas ao pagamento do Abono PIS no início de 2022 está relacionado ao adiantamento do pagamento já no primeiro semestre das despesas, referentes ao Ano- base 2020. Em 2023 os empenhos registrados se referem ao pagamento dos benefícios referente ao calendário de pagamento do exercício de 2021.

Ainda, em relação aos procedimentos de empenho, apropriação e pagamento do Abono Salarial, a despesa é registrada no ano anterior, por meio de provisão, Nota Técnica nr. 01/CCONT/CGOFC/SOAD/SE/MTb, de 05/01/2018 e Nota Técnica SEI nº 50254/2020/ME, de 10 de novembro de 2020 – Processo SEI nº 19965.122572/2020-21, sendo a baixa do passivo ocorrida por meio de emissão de empenhos no ato das transferências, nos valores a serem repassados relativos ao PIS à CAIXA e ao PASEP ao Banco do Brasil S/A, conforme as Resoluções do CODEFAT nº 857, de 01/04/2020 e 895, de 04/02/2021, bem como o cronograma enviado/recebido da CAIXA.

Quanto ao valor consignado no orçamento para 2023, Ação 0158, relativo ao financiamento de programas de desenvolvimento econômico, a cargo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, dos recursos orçamentários fixados no montante de R\$ 22,1 bilhões, foi empenhado 19,3% deste valor, um recuo de 20% em relação a 2022.

Do desempenho da despesa orçamentária verifica-se a execução de R\$ 21,6 bilhões da despesa fixada, o que representa um valor 23% do total previsto para 2023.

Por fim, o Resultado Orçamentário foi de R\$ 6,8 bilhões superavitário em decorrência da menor execução de despesas em relação a receita orçamentária. Percebe-se também a ausência de Receita de Capital ante às Despesas de Capital executadas de R\$ 4,25 bilhões, as

quais são destinações previstas constitucionalmente pelo art. 239 § 1º no montante de 28% das receitas do PIS/PASEP e vinculadas a fonte 0140171432 – CONTRIBUICAO DO PIS/PASEP (BNDES).

Nota 11.1 - Balanço Orçamentário x Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em atenção ao padrão de apresentação de informações do Balanço Orçamentário - BO constante no item 2.3 do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, apresenta-se a seguir a conciliação do BO com os valores dos fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, apresentados na Demonstração de Fluxo de Caixa – DFC.

Tabela 42 – Conciliação BO x DFC

<i>Demonstrativo</i>	<i>Detalhamento</i>	<i>31/03/2023</i>
FC Atividades Operacionais - Ingressos	Receita de Contribuições	19.538.790.382
	Receita de Serviços	6.590.233.774
	Remuneração das Disponibilidades	1.946.900.426
	Outras Receitas Derivadas e Originárias	499.633.031
	Subtotal	28.575.557.614
Balanço Orçamento - Receitas Correntes	Receitas de Contribuições	19.538.790.382
	Receita Patrimonial	1.946.900.426
	Receitas de Serviços	6.590.233.774
	Outras Receitas Correntes	499.633.031
	Subtotal	28.575.557.614
Diferença		-
<hr/>		
<i>Demonstrativo</i>	<i>Detalhamento</i>	<i>31/03/2023</i>
FC Atividades Operacionais - Desembolsos	Trabalho	19.453.332.457
	Transferências Concedidas	3.301.884
	Subtotal	19.456.634.342
Balanço Orçamento - Despesas Correntes	Despesas Correntes	19.456.634.342
	Subtotal	19.456.634.342
Diferença		-
<hr/>		
<i>Demonstrativo</i>	<i>Detalhamento</i>	<i>31/03/2023</i>
FC Atividades de Investimento - Desembolsos	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	5.521.107.808
	Subtotal	5.521.107.808
Balanço Orçamento - Despesas de Capital	Inversões Financeiras	5.521.107.808
	Subtotal	5.521.107.808
Diferença		-

Fonte: SIAFI, 2023. Valores em reais.

Pela tabela acima podemos compreender que das atividades operacionais evidenciadas na Demonstração de Fluxo de Caixa as receitas de contribuições sociais do PIS/PASEP compreendem 68% do total das receitas correntes e as receitas de serviços relacionadas a atividades financeiras de remuneração dos repasses de recursos para os programas de desenvolvimento econômico representam 23% das receitas correntes e das atividades operacionais do FAT. Quanto às despesas relacionadas ao fluxo de atividades operacionais a quase totalidade dos desembolsos correntes estão vinculadas as atividades do Trabalho.

Em relação ao fluxo de caixa de investimento percebemos o registro das inversões financeiras que são concessões de empréstimos e financiamentos para as atividades de desenvolvimento econômico e capacitação profissional.

Nota 11.2 - Restos a Pagar

O quadro da execução dos Restos a Pagar compõe o Balanço Orçamentário, conforme a seguir:

Tabela 43 – Restos a pagar inscritos e executados

<i>Restos a Pagar</i>	<i>Inscritos e</i>			<i>A Pagar</i>
	<i>Reinscritos</i>	<i>Cancelados</i>	<i>Pagos</i>	
Não Processados	4.343.302.571	2.221.368	3.300.661.800	1.040.419.403
Processados	4.139	-	1.174	2.965
Total	4.343.306.710	2.221.368	3.300.662.974	1.040.422.368

Fonte: SIAFI, 2023. Valores em reais.

FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR – FAT
Relatório das Demonstrações Contábeis 1º Trimestre de 2023

A tabela a seguir apresenta os Restos a Pagar Não Processados detalhados por Ação de Governo:

Tabela 44 – Restos a pagar não processados por ação de governo

<i>Restos a Pagar Não Processados</i>	<i>Reinscritos</i>	<i>Inscritos</i>	<i>Liquidados</i>	<i>Pagos</i>	<i>Cancelados</i>	<i>Saldo</i>
Outras Despesas Correntes						
Abono Salarial	-	444.531.863	18.842.274	18.842.274	-	425.689.589
Estudos, Pesquisas e Geração de Informações sobre Trabalho	-	1.179.178	-	-	-	1.179.178
Gestão do SINE	1.071.951	8.540.271	3.301.884	3.301.884	-	6.310.337
Fiscalização de Obrigações Trabalhistas	-	85.842	85.842	85.842	-	-
Funcionamento das Unidades Descentralizadas	212.990	635.108	193.241	193.241	-	654.857
Fomento a Inclusão Produtiva	22.620	-	-	-	-	22.620
Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores	10.538	3.982.964	404.353	-	2.221.368	1.772.134
Seguro Desemprego	-	2.012.628.570	2.012.380.761	2.012.380.761	-	247.809
	1.318.099	2.471.583.796	2.035.208.354	2.034.804.001	2.221.368	435.876.525
Inversões Financeiras						
Financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico	-	1.870.400.676	1.265.857.799	1.265.857.799	-	604.542.878
	-	1.870.400.676	1.265.857.799	1.265.857.799	-	604.542.878
Total	1.318.099	4.341.984.472	3.301.066.153	3.300.661.800	2.221.368	1.040.419.403

Fonte: SIAFI, 2023. Valores em reais.

Os Restos a Pagar não Processados inscritos até 31/03/2023 somam o valor de R\$ 4,34 bilhões sendo R\$ 2,47 bilhões (56%) com despesas correntes como as despesas com Seguro Desemprego e Abono Salarial e R\$ 1,87 bilhões de despesas de capital com a finalidade de atender a transferência de recursos ao BNDES relativo ao terceiro decêndio de dezembro de 2022. Desses empenhos já houve pagamento de R\$ 3,3 bilhões, o que representa 76% de realização dos restos a pagar inscritos até 31/12/2022.

A tabela a seguir apresenta os Restos a Pagar Processados detalhados por Ação de Governo:

Tabela 45 – Restos a pagar processados por ação de governo

<i>Restos a Pagar Processados</i>	<i>Reinscritos</i>	<i>Inscritos</i>	<i>Pagos</i>	<i>Cancelados</i>	<i>Saldo</i>
Outras Despesas Correntes					
Gestão do SINE	-	-	-	-	-
Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores	1.459	-	-	-	1.459
Funcionamento das Unidades Descentralizadas	1.506	1.174	1.174	-	1.506
Total	2.965	1.174	1.174	-	2.965

Fonte: SIAFI, 2023. Valores em reais.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**Nota 12 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa**

As informações dos fluxos de caixa permitem avaliar como o FAT obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados. A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa é igual ao Resultado Financeiro apurado no Balanço Financeiro.

Tabela 46 – Geração Líquida de Caixa

<i>Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/03/2022</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Atividades Operacionais	9.306.091.896	- 2.473.042.028	-476%	246%
Atividades de Investimento	- 5.521.107.808	- 5.520.793.030	0%	-146%
Atividades de Financiamento	-	-	0%	0%
Total	3.784.984.088	- 7.993.835.058	-147%	100%

Fonte: SIAFI, 2023. Valores em reais.

Atividades Operacionais

Conforme observado, houve a inversão da geração de caixa das Atividade Operacionais no primeiro trimestre de 2023 em relação a 2022, neste grupo é apresentada a diferença entre ingressos financeiros menos o desembolso financeiro da operação. Conforme já destacado nas notas explicativas da DVP, o resultado está relacionado ao aumento de VPAs com dívida ativa e a retração de despesas com Abono e transferências financeiras concedidas.

Nota 12.1 - Demonstração dos Fluxos de Caixa X Caixa e Equivalentes de Caixa

Em atenção a regulamentação da divulgação de informações da Demonstração de Fluxos de Caixa – DFC, constante no item 6.3 do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, apresentamos a seguir a conciliação do saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa apresentado na DFC com o valor apresentado no Balanço Patrimonial.

Tabela 47 – Conciliação DFC x Caixa

<i>Demonstrativo</i>	<i>Detalhamento</i>	<i>31/03/2023</i>
Fluxos de Caixa	Saldo Inicial	54.673.616.416
	Atividades Operacionais	9.306.091.896
	Atividades de Investimento	- 5.521.107.808
	Atividades de Financiamento	-
	Subtotal	58.458.600.503
Caixa e Equivalentes de Caixa	Aplicação Extra-Mercado	51.831.823.969
	Depósitos Especiais	5.801.999.277
	Limite de Saque	824.777.258
	Subtotal	58.458.600.503
Diferença		-

Fonte: SIAFI, 2023. Valores em reais.

BALANÇO FINANCEIRO**Nota 13 – Resultado Financeiro**

O Balanço Financeiro (BF) evidencia a movimentação financeira do FAT, possibilita a apuração do Resultado Financeiro do Exercício e vem complementar a Demonstração de Fluxo de Caixa. Este resultado é um indicador de equilíbrio financeiro (e não de desempenho) e é apurado, entre outras formas, pelo confronto do saldo financeiro para o exercício seguinte e o saldo do exercício anterior.

Tabela 48 – Resultado Financeiro

<i>Resultado Financeiro</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/03/2022</i>	<i>AH%</i>
Receita Orçamentária	28.575.557.614	30.408.298.965	-6%
Despesa Orçamentária	- 21.677.114.176	- 37.879.556.999	-43%
Resultado Orçamentário	6.898.443.438	7.471.258.033	-192%
Transferências Financeiras Recebidas	49.329.265.865	51.994.611.473	-5%
Transferências Financeiras Concedidas	- 49.422.198.489	- 51.970.425.340	-5%
Transferências Financeiras Líquidas	- 92.932.624	24.186.133	-484%
Recebimentos Extraorçamentários	280.141.610	241.132.007	16%
Pagamentos Extraorçamentários	- 3.300.668.336	- 787.895.164	319%
Resultado Extraorçamentários	- 3.020.526.726	546.763.157	452%
Resultado Financeiro do Exercício	3.784.984.088	7.993.835.058	-147%
Geração Líquida de Caixa	3.784.984.088	7.993.835.058	-147%

Fonte: SIAFI, 2023. Valores em reais.

Reitera-se aqui a influência da execução da despesa orçamentária até março/2023 na geração líquida de caixa neste exercício. Os empenhos de despesas com abono/PIS são o destaque para o resultado orçamentário, mesmo com o recuo de receitas orçamentárias.

Em relação ao resultado de transferências financeiras líquidas, apesar do decréscimo das transferências concedidas, em especial para o BNDES, apresenta impacto nos valores recebidos neste grupo num percentual 5% menor que o primeiro trimestre de 2022.

Por fim, o resultado extraorçamentário foi negativo e cresceu 452% de 2022 para 2023 e está relacionado aos pagamentos de Restos a Pagar Não Processados no valor de R\$ 3 bilhões que foi superior aos recebimentos extraorçamentários referentes aos depósitos restituíveis de devoluções de recursos de transferências voluntárias por OBTV.

PARTES RELACIONADAS

Conforme a NBCT SP 22 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, as pessoas chave da administração são:

- (a) todos os diretores ou membros do corpo administrativo da entidade; e
- (b) outras pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade que reporta. Quando atendem a essas exigências, as pessoas-chave da administração incluem:
 - (i) onde houver membro do corpo administrativo de entidade governamental, sob a ótica do Governo como um todo, que possua autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade que reporta, esse membro é considerado pessoal-chave da administração;
 - (ii) quaisquer assessores-chave desse membro; e

(iii) a alta administração da entidade que reporta, inclusive o dirigente máximo do órgão ou entidade, exceto quando já incluído na alínea (a).

O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT é um órgão colegiado, de caráter tripartite e paritário, composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo, que atua como gestor do FAT.

O Conselho foi instituído pela Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, alterado pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e regulamentado pelo Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 891, de 2 de dezembro de 2020.

Dentre as funções mais importantes do órgão, estão as de elaborar diretrizes para programas e para alocação de recursos, de acompanhar e avaliar seu impacto social e de propor o aperfeiçoamento da legislação referente às políticas. Igualmente importante é o papel que exerce no controle social da execução destas políticas – no qual estão as competências de análise das contas do Fundo, dos relatórios dos executores dos programas apoiados, bem como de fiscalização da administração do FAT.

O mandato de cada Conselheiro é de quatro anos, permitida uma recondução. A presidência, eleita bienalmente por maioria absoluta, é alternada entre as representações dos trabalhadores, dos empregadores e do governo.

A estrutura organizacional do CODEFAT é composta:

1. pela Mesa Diretora, na figura do Presidente e do Vice-Presidente;
2. pelo Colegiado, formado pelos representantes das entidades com assento no Conselho;
3. pelo Grupo Técnico do FAT – GTFAT; e,
4. pelos Conselhos do Trabalho, Emprego e Renda – CTER.

<i>Secretaria Executiva</i>	<i>Representantes</i>
Presidente	Caio Mário Álvares 03/08/2021 a 02/08/2023 Resolução CODEFAT nº 917, de 22/07/2021- DOU: 23/07/2021
Vice-Presidente	Nome: Mauro Rodrigues de Souza Mandato: 23/09/2022 a 02/08/2023 Designação: Resolução nº 958, de 21/09/2022 - DOU: 23/09/2022
Secretário-Executivo	Nome: Márcio Leão Coelho Mandato: Não se aplica Designação: Portaria nº 1.302, de 23.11.2021 – DOU 24.11.2021

FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR – FAT
Relatório das Demonstrações Contábeis 1º Trimestre de 2023

Representantes do Governo

Entidade Representante	Conselheiro Titular	Conselheiro Suplente
Observação: Aguarda-se publicação de Decreto e indicação de órgãos/entidades (MTE, MF, MDA, MDIC, Casa Civil, e BNDES), para publicação de Portaria no DOU, a fim de compor a Bancada do G		
Ministério do Trabalho e Previdência (MTP)	Mauro Rodrigues de Souza Mandato: Não Aplicável Designação: Portaria MTP nº 2.637, de 23/08/2022 – DOU: 29/08/2022	Rodrigo Martins Soares Mandato: Não Aplicável Designação: Portaria MTP nº 2.637, de 23/08/2022 – DOU: 29/08/2022
	João Paulo Ferreira Machado Mandato: Não Aplicável Designação: Portaria MTP nº 2.637, de 23/08/2022 – DOU: 29/08/2022	Isabele Jacob Morgado Mandato: Não Aplicável Designação: Portaria MTP nº 2.637, de 23/08/2022 – DOU: 29/08/2022
Ministério da Economia (ME)	George Freitas Von Borries Mandato: Não Aplicável Designação: Portaria MTP n. 1.569, de 06/06/2022 – DOU: 07/06/2022	Hébrida Verardo Moreira Fam Mandato: Não Aplicável Designação: Portaria n. 10.111, de 16/04/2020 – DOU: 20/04/2020
	Marco Aurélio Mota Loureiro Mandato: Não Aplicável Designação: Portaria MTP n. 178, de 09/09/2021 – DOU: 15/09/2021	Henrique Reichert Mandato: Não Aplicável Designação: Portaria MTP n. 221, de 09/09/2021 – DOU: 15/09/2021
Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA)	Lizane Soares Ferreira (exonerada) Mandato: Não Aplicável Designação: Portaria FAZENDA nº 173, de 15/07/2019 – DOU: 16/07/2019	Cleivaldo de Sousa Ribeiro (exonerado) Mandato: Não Aplicável Designação: Portaria FAZENDA nº 173, de 15/07/2019 – DOU: 16/07/2019
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	Felipe Canedo de Freitas Pinheiro Mandato: Não Aplicável Designação: Portaria MTP nº 631, de 22.03.2022 / DOU de 23/03/2022	Romulo Ferraz de Oliveira Bomfim Mandato: Não Aplicável Designação: Portaria MTP nº 632, de 22/03/2022 - DOU: 23/03/2022

Representantes dos Trabalhadores

Entidade Representante	Conselheiro Titular	Conselheiro Suplente
Central Única dos Trabalhadores (CUT)	Quintino Marques Severo Mandato: 09/02/2021 a 08/02/2025 Designação: Portaria SE-ME n.º 1.352, de 05/02/2021 – DOU: 09/02/2021	Juvândia Moreira Leite Mandato: 09/02/2021 a 08/02/2025 Designação: Portaria SE-ME n.º 1.352, de 05/02/2021 – DOU: 09/02/2021
Força Sindical	Sérgio Luiz Leite Mandato: 10/02/2020 a 09/02/2024 Designação: Portaria SE-ME nº 3.364, de 06/02/2020 – DOU: 10/02/2020	Sérgio Butka Mandato: 10/02/2020 a 09/02/2024 Designação: Portaria SE-ME nº 3.365, de 06/02/2020 – DOU: 10/02/2020
União Geral dos Trabalhadores (UGT)	Francisco Canindé Pegado do Nascimento Mandato: 12/05/2021 a 13/05/2025 Designação: Portaria SE-ME nº 4851, de 12.05.2021 – DOU: 14/05/2021	Gladir Antônio Basso Mandato: 14/05/2021 a 13/05/2025 Designação: Portaria SE/ME nº 4.852, de 12.05.2021 – DOU: 14/05/2021
Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST)	José Reginaldo Inácio Mandato: 13/10/2022 a 12/10/2026 Designação: Portaria MTP nº 3270 de 11.10.2022 – DOU: 13/10/2022	Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho Mandato: 13/10/2022 a 12/10/2026 Designação: Portaria MTP nº 3271, de 11.10.2022 – DOU: 13/10/2022
Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)	Antonio Renan Arrais Mandato: 14/05/2021 a 13/05/2025 Designação: Portaria SE/ME nº 4.840, de 12.05.2021 – DOU: 14/05/2021	Katia Gomes Gaivotto Mandato: 14/05/2021 a 13/05/2025 Designação: Portaria SE/ME nº 4.842, de 12.05.2021 – DOU: 14/05/2021
Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB)	José Avelino Pereira Mandato: 16/03/2020 a 15/03/2024 Designação: Portaria nº 7.382, de 13/03/2020 – DOU: 16/03/2016	Luís Carlos Cremasco Mandato: 27/04/2022 a 26/04/2026 Designação: Portaria MTP nº 872, de 25.04.2022 – DOU: 27/04/2022

FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR – FAT
Relatório das Demonstrações Contábeis 1º Trimestre de 2023

<i>Representantes dos Empregadores</i>		
<i>Entidade Representante</i>	<i>Conselheiro Titular</i>	<i>Conselheiro Suplente</i>
Confederação Nacional da Indústria (CNI)	Gilberto Porcello Petry Mandato: 17/08/2021 a 16/08/2025 Designação: Portaria MTP nº 37, de 23/08/2021 – DOU: 24/08/2021	Mário Sérgio Carraro Telles Mandato: 02/07/2019 a 01/07/2023 Designação: Portaria MTb nº 155, de 01/07/2019 – DOU: 02/07/2019
Confederação Nacional do Sistema Financeiro (CONSIF)	Tatiana Thomé de Oliveira Mandato: 22/07/2021 a 21/07/2025 Designação: Portaria SE-ME n. 7.996, de 20/07/2021 – DOU: 22/07/2021	Tiago Cordeiro de Oliveira Mandato: 22/07/2021 a 21/07/2025 Designação: Portaria SE-ME n. 7.997, de 20/07/2021 – DOU: 22/07/2021
Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)	Guilherme Macedo Reis Mercês Mandato: 06/02/2023 a 05/02/2023 Designação: Portaria MTE n. 219, de 03/02/2023 – DOU: 06/02/2023	Carlos Alberto D'Ambrósio Mandato: 24/07/2019 a 23/07/2023 Designação: Portaria FAZENDA nº 181, de 22/07/2019 – DOU: 24/07/2019
Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)	Roberto Lúcio Rocha Brant Mandato: 17/08/2021 a 16/08/2025 Designação: Portaria MTP nº 68, de 23/08/2021 – DOU: 26/08/2021	Renato Conchon Mandato: 22/05/2019 a 21/05/2023 Designação: Portaria ME nº 112, de 20/05/2019 – DOU: 22/05/2019
Confederação Nacional do Turismo (CNTur)	Virgílio Nelson da Silva Carvalho Mandato: 14/05/2021 a 13/05/2025 Designação: Portaria SE/ME nº 4.844, de 12.05.2021 – DOU: 14/05/2021	Sebastião Antunes Duarte Mandato: 14/05/2021 a 13/05/2025 Designação: Portaria SE/ME nº 4.845, de 12.05.2021 – DOU: 14/05/2021
Confederação Nacional do Transporte (CNT)	Caio Mario Alvares Mandato: 27/12/2021 a 26/12/2025 Designação: Portaria MTP nº 1.006, de 24/12/2021 - DOU: 27/12/2021	Frederico Toledo Melo Mandato: 27/12/2021 a 26/12/2025 Designação: Portaria MTP nº 1.007, de 24/12/2021 - DOU: 27/12/2021

Fonte: CODEFAT. Atualizado em: 24/04/2023

(B) Entidade com Influência Significativa

Influência significativa para fins da NBCT SP 22 é:

(...) o poder de participar nas decisões de políticas financeiras e operacionais da entidade, porém sem controlar essas políticas. Influência significativa pode ser exercida de várias maneiras e é usualmente exercida pela representação no conselho de administração ou corpo administrativo equivalente, mas também, por exemplo, por meio da participação

(a) no processo de definição de políticas,

(b) em transações materiais entre entidades da mesma entidade econômica,

(c) em intercâmbio de pessoal administrativo ou

(d) na dependência de informações técnicas. Influência significativa pode ser obtida por meio de direito de propriedade, disposições estatutárias ou acordos.

As partes relacionadas que exercem influência significativa sobre o FAT são:

- i. Ministério do Trabalho e Emprego devido ao seu vínculo instituído pelo art 10 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990;
- ii. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social como agente financeiro.

Os saldos das transações com o BNDES estão apresentados a seguir:

Tabela 49 – Saldo de transações com partes relacionadas

<i>Balanco Patrimonial</i>	<i>Nota</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>31/12/2022</i>	<i>AH%</i>
Ativo				
Depósitos Especiais	1.1	5.801.999.277	6.023.466.490	-4%
FAT Constitucional	2.1	373.533.159.166	366.859.581.192	2%
Total		379.335.158.442	372.883.047.681	2%

Fonte: SIAFI, 2023. Valores em reais.